

CADERNOS SBPC



SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA

Diretoria 2007/2009

Presidente Marco Antonio Raupp

Vice-Presidentes Helena B. Nader e Otávio Guilherme Cardoso Alves Velho

Secretário-Geral Aldo Malavasi

Secretários Vera M. Fonseca de Almeida e Val, Dante A. Couto Barone e Rute M. Gonçalves de Andrade

1º Tesoureiro José Raimundo Braga Coelho

2º Tesoureiro Lisbeth Kaiserlian Cordani

Presidentes de Honra

Aziz Nacib Ab'Saber
Crodowaldo Pavan
Ennio Candotti

José Goldemberg
Oscar Sala
Ricardo Ferreira

Sérgio Henrique Ferreira
Warwick Estevam Kerr

Conselho | Membros efetivos

Aziz Nacib Ab'Saber
Crodowaldo Pavan

Ennio Candotti
José Goldemberg

Oscar Sala
Sérgio Henrique Ferreira
Warwick Estevam Kerr

Membros eleitos

ÁREA A

Adalberto Luis Val (AM) (2007/11)
Antônio José Silva Oliveira (MA) (2005/09)
Luís Carlos de Lima Silveira (PA) (2005/09)

ÁREA B

Jailson Bittencourt de Andrade (BA) (2007/11)
Celso Pinto de Melo (PE) (2007/11)
José Antonio Aleixo da Silva (PE) (2005/09)
Lindberg Lima Gonçalves (CE) (2005/09)
Mário de Sousa Araújo Filho (PB) (2005/09)
Amílcar Baiardi (BA) (2007/09)

ÁREA C

Isaac Roitman (DF) (2007/11)
Paulo Sérgio Lacerda Beirão (MG) (2007/11)
Fernanda Sobral (DF) (2005/09)
Lúcio Antonio de Oliveira Campos (MG) (2005/09)

ÁREA D

Luiz Pinguelli Rosa (RJ) (2007/11)
Ingrid Sarti (RJ) (2007/11)
Roberto Lent (RJ) (2005/09)

ÁREA E

Amélia Império Hamburguer (SP) (2007/11)
Carlos Alberto Vogt (SP) (2007/11)
Dora Fix Ventura (SP) (2007/11)
Regina Pekelmann Markus (SP) (2005/09)

ÁREA F

Sérgio Bampi (RS) (2007/11)
Carlos Alexandre Netto (RS) (2005/09)
Euclides Fontoura da Silva Jr. (PR) (2005/09)
Zelinda Maria Braga Hirano (SC) (2005/09)

Secretários Regionais e Seccionais | Mandato 2006/2008

Área A

José Maurício Dias Bezerra (MA)
José Pedro Cordeiro (AM)
Silene Maria Araújo de Lima (PA)
Paulo Henrique Lana Martins (TO)

Área B

Alberto Brum Novaes (BA)
Angelo Roncalli Alencar Brayner (CE)
Ivan Vieira de Melo (PE)
Joaquim Campelo Filho (PI)
Josemir Camilo de Melo (PB)
Paulo Muniz Lopes (Seccional Caruaru/PE)

Área C

Ione Maria Ferreira de Oliveira (MG)
Ivone Rezende Diniz (DF)
Reginaldo Nassar Ferreira (GO)

Área D

Adalberto Moreira Cardoso (RJ)

Área E

Suzana Salem Vasconcelos (SP-I)
João Ernesto de Carvalho (SP-II)

Área F

Marcos Cesar Danhoni Neves (PR)
Maria Suely Soares Leonart (Seccional Curitiba/PR)
Maria Alice Oliveira da Cunha Lahorgue (RS)
Mário Steindel (SC)

REGISTRO DOS DEBATES

DA 59ª REUNIÃO ANUAL

CADERNOS SBPC



Povos da floresta

2 0 0 7

Povos da floresta

Cobertura jornalística feita a partir de conferências e mesas-redondas apresentadas na 59ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

Coordenação editorial

Alicia Ivanissevich

Revisão

Roberto Barros de Carvalho

Reportagem

Iara Ferraz

Murilo Alves Pereira

Projeto gráfico e diagramação

Ana Luisa Videira

Fotolito e Gráfica

Imprinta Express

O grande desafio	7
Reorganizando a Amazônia	9
Três décadas depois	16
A quem pertence a terra?	22
Encontro entre saberes	29
Águas da discórdia?	32
Ações afirmativas para índios	39
Ainda a senzala	43
Quem são os povos da floresta?	48

O grande desafio

Julho de 2007: Belém foi palco da 59ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que trouxe como tema central o desafio de promover o desenvolvimento da Amazônia, usando racionalmente os recursos naturais, respeitando os valores e conhecimentos tradicionais, formando e fixando pesquisadores na região. Durante uma semana, cientistas, intelectuais e estudantes de todo o Brasil encontraram-se na capital paraense para apontar problemas, mostrar resultados, sugerir alternativas e propor soluções.

Nesta nova série de *Cadernos SBPC* – a quarta edição desde que começou em 2004 –, um grupo de jornalistas buscou registrar os principais debates, assistindo a conferências, simpósios, encontros e outros eventos. Embora os textos aqui apresentados não tenham sido revistos pelos participantes da reunião, acreditamos que a tentativa de criar um retrato fiel à realidade já é suficiente para validar este esforço. Assim, este conjunto de cadernos é apenas um convite para que autoridades e a sociedade concentrem seu olhar e reflitam sobre questões de interesse nacional, como a revolução científica e tecnológica de que a Amazônia tanto precisa.

Coordenação editorial

Reorganizando a Amazônia

Há uma tensão existente entre um novo marco institucional, regido pelo ordenamento territorial na Amazônia e voltado para a racionalização do uso dos recursos naturais – um quadro legal que vem se consolidando –, e a necessidade de se considerar a diversidade das formas de organização social das populações locais e seus modos próprios de gestão dos recursos naturais. A chamada ‘economia das florestas’, com seus produtos madeireiros e não-madeireiros, seria mesmo uma alternativa ao alcance das populações locais para melhorar a renda familiar?

Essa foi a questão central do encontro aberto ‘O valor da floresta e as populações rurais na Amazônia’, durante a 59ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em Belém. Coordenado pelo antropólogo Roberto Araújo de Oliveira Santos Jr., do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), o encontro contou com a participação da agrônoma Márcia Muchagata, do Sistema Florestal Brasileiro do Ministério do Meio Ambiente (SFB/MMA), da comunicóloga e especialista em desenvolvimento sustentável Raimunda Monteiro, diretora do Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará (Ideflor), do antropólogo rural Gabriel Medina, pesquisador do Ideflor e doutorando na Universidade de Freiburg (Alemanha), e do agrônomo Iran Pereira Veiga Jr. e do sociólogo rural

Gutemberg Diniz Guerra, do Núcleo de Estudos Integrados em Agricultura Familiar (Neaf), da Universidade Federal do Pará (UFPA).

O encontro retomou alguns dos debates sobre o problema da formação política para o fortalecimento das organizações sociais, que havia reunido em Altamira (PA) algumas semanas antes, além de vários participantes da SBPC, a socióloga Maria Conceição D’Incao, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e o educador Jean Pierre Leroy, da organização não-governamental (ONG) Fase.

De acordo com Roberto Oliveira Santos, o ponto de partida foi a constatação de certas dificuldades inerentes à evolução dos movimentos sociais, no contexto específico da Amazônia. “Nos últimos 30 anos, afirmaram-se diversas experiências de organização da sociedade civil, que em seu conjunto formavam o ‘movimento social’, para responder ao desafio de uma participação ampliada das populações brasileiras na sociedade e na economia excludente do país”, informou o antropólogo.

“Nos últimos 30 anos, afirmaram-se diversas experiências de organização da sociedade civil, que em seu conjunto formavam o ‘movimento social’, para responder ao desafio de uma participação ampliada das populações brasileiras na sociedade e na economia excludente do país.”

Roberto Araújo de
Oliveira Santos Jr.
Antropólogo do Museu
Paraense Emílio Goeldi

Novas formas de intervenção social

Oliveira Santos relatou que, na região Norte, a questão agrária, o acesso aos serviços públicos (saúde, saneamento, educação) e a melhoria das condições de integração da produção familiar ao mercado (transporte, crédito etc.) sempre estiveram entre as principais reivindicações dos movimentos sociais. Desde os anos 90, respondendo ao crescimento global do movimento ambientalista, multiplicaram-se novas formas de intervenção social em projetos-piloto, geralmente através de ONGs e com financiamentos internacionais, assegurando uma oferta de bens e serviços de outra forma ausentes em suas áreas de atuação.

“Contradizendo abertamente as práticas de períodos anteriores, esse novo tipo de intervenção postulava o uso racional dos recursos naturais como forma de promover a qualidade de vida dos habitantes regionais”, disse o antropólogo. “Essa intervenção não apenas exigia técnicas de manejo disponíveis em maior quantidade e melhor qualidade,

como também requeria um esforço pedagógico, conclamando as populações a se organizarem como interlocutoras nos projetos de desenvolvimento.”

Segundo Oliveira Santos, a fórmula consistiu em mobilizar agremiações locais, para torná-las parceiras na realização de projetos específicos (exploração madeireira controlada, limitações técnicas e sazonais das atividades pesqueiras, introdução de culturas perenes, recuperação de pastagens etc.), angariando dessa forma um prestígio crescente. Uma das conseqüências, na sua avaliação, foi a necessidade de as populações locais constituírem associações formais – isto é, de se transformarem em pessoas jurídicas –, aptas a desempenhar múltiplas funções, desde a administração de dotações orçamentárias e bens coletivos até a gestão territorial.

“A adoção, em proporção crescente, de unidades de conservação de uso direto como espinha dorsal do processo de ordenamento territorial pelo Estado – unidades do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) – ou do modelo de apropriação consorciada da terra e dos recursos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), reforçou ainda mais essa exigência, repentinamente manifestada às populações locais: constituir ‘associações’ tornou-se condição prévia para qualquer tentativa de fazer valer direitos fundiários e beneficiar financiamentos estatais ou não-governamentais”, apontou o coordenador do encontro.

Essa exigência ‘rotinizada’ de participação, transposta inclusive para outras instâncias (conselhos locais, órgãos consultivos etc.), talvez constitua, na opinião do antropólogo, o sintoma positivo de um amadurecimento da sociedade civil através dos movimentos sociais. O pesquisador acredita que, apesar disso, essas associações, cooperativas ou conselhos têm demonstrado grande fragilidade em muitos de seus contextos de atuação, havendo razões específicas para isso, que variam de um contexto a outro.

De acordo com Oliveira Santos, um fator essencial à compreensão das dificuldades do movimento associativista reside na própria forma como são socializadas as populações envolvidas em projetos de desenvolvimento. “As condições de existência social do público-

“Um fator essencial à compreensão das dificuldades do movimento associativista reside na própria forma como são socializadas as populações envolvidas em projetos de desenvolvimento.”

Roberto Araújo
de Oliveira Santos Jr.
Antropólogo do Museu
Paraense Emílio Goeldi

alvo desses projetos tornam, com frequência, essas pessoas prisioneiras de relações sociais, econômicas e políticas que as colocam em situação de dominadas – patronagem, avia-mento etc.”, avaliou. “Muitas vezes, assim, ao tentarem se organizar para resolver de forma duradoura os problemas que derivam dessas situações, as pessoas tendem a reproduzir essas mesmas relações de dominação entre elas.”

Isso, segundo o antropólogo, acaba por desvirtuar as expectativas e os potenciais

“A degradação ambiental deve-se a uma incapacidade institucional – políticas públicas e ações de governo – de possibilitar condições de uso sustentável da floresta.

Os agricultores familiares estão bem organizados para a conquista da terra ou para obter benefícios do Pronaf, mas não para o uso sustentável dos recursos.”

Márcia Muchagata
Agrônoma do Sistema
Florestal Brasileiro

iniciais de muitas experiências associativas. “Os próprios agentes dos projetos de desenvolvimento, por não estar preparados para reconhecer esse problema, refletir sobre ele e propor meios de combatê-lo (junto com as populações com as quais trabalham) a partir de metodologias coerentes, acabam incorrendo, até inadvertidamente, na perpetuação de vínculos de patronagem, dependência ou de formas não-democráticas de poder, incapazes de levar à construção de projetos coletivos baseados na aceitação comum de regras democráticas.”

Outro fator de peso, para Oliveira Santos, reside na própria transformação das formas de intervenção do movimento social, que se tornou gestor de projetos, deixando de lado o trabalho de formação política e de reflexão sobre os significados e a importância da construção de projetos coletivos. Esse problema adquire cada vez maior relevância no cenário atual, em que se dispõem de novos marcos institucionais para a gestão econômica dos recursos territoriais, sem, no entanto, assegurar condições reais para a participação plena das populações locais, de acordo com relações contratuais, nas negociações entre os interesses econômicos e políticos envolvidos.

Problemas existentes

O encontro aberto se propôs, portanto, a evidenciar alguns problemas existentes nesse contexto apresentado por Oliveira Santos, através da exposição de casos concretos e/ou de estudos efetuados pelos convidados.

“A floresta é suprimida não porque os colonos queiram, mas pela falta de condições de rentabilizar o seu uso sustentável”, apontou a agrônoma Márcia Muchagata. Em sua opinião, as questões relativas ao meio ambiente dependem mais da capacidade das populações locais pautarem a problemática. Através de pesquisa realizada na década de 1990 na região de Marabá (sudeste do Pará) entre as populações de colonos (migrantes), verificou-se a sua grande capacidade de absorver conhecimentos sobre os recursos naturais, incluindo o reconhecimento de inúmeras espécies e do seu uso. “Nesse sentido, a degradação ambiental deve-se a uma incapacidade institucional – políticas públicas e ações de governo – de possibilitar condições de uso sustentável da floresta. Os agricultores familiares estão bem organizados para a conquista da terra ou para obter benefícios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), mas não para o uso sustentável dos recursos”, afirmou.

De acordo com Raimunda Monteiro, o novo marco regulatório do Estado representa um freio institucional ao desmatamento e aos usos ilícitos dos recursos naturais, mas não estrutural, uma vez que a dinâmica das pressões permanece ativa. O acesso ao mercado continua sendo, a seu ver, uma questão problemática, face às dificuldades de incremento de tecnologia e de capital (financiamentos etc.), aliadas àquelas de organização, visando ao uso florestal sustentável. “Nessa relação desigual há poucas chances de a agricultura familiar concorrer com setores dominantes, como o madeireiro”, pontuou.

“O manejo florestal comunitário só é rentável com investimento na infra-estrutura pago por projetos de apoio de órgãos de desenvolvimento (governo ou ONGs); a interrupção desses projetos acaba por inviabilizar a iniciativa.”

Gabriel Medina
Antropólogo rural do Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará

Manejo comunitário

Para Gabriel Medina, o manejo florestal comunitário só é rentável com investimento na infra-estrutura pago por projetos de apoio de órgãos de desenvolvimento (governo ou ONGs); a interrupção desses projetos acaba por inviabilizar a iniciativa. A partir de experiências na Amazônia boliviana e peruana e de casos registrados nos estados do Acre e do Pará, ele tratou dos sistemas de manejo comunitário em que a remuneração se dá pela venda de madeira para os madeireiros ou pelo manejo comunitário. Segundo o antropólogo,

através de um sistema de benefícios indiretos (infra-estrutura), verifica-se um elevado grau de dependência das populações locais em relação a órgãos de desenvolvimento (madeiras ou ONGs).

A antigüidade da interação homem-natureza na Amazônia e a diversidade da agricultura familiar (a sua própria definição, do ponto de vista legal) são os pressupostos da reflexão de Iran Veiga Jr. acerca da tensão existente entre o marco do ordenamento territorial e a diversidade das populações locais e seus modos de gestão dos recursos

“O manejo florestal comunitário deve responder à necessidade de participação das populações locais no manejo dos recursos naturais, traduzindo-se no seu ‘empoderamento’, o que faz valer a multiplicidade dos modos de gestão dos recursos naturais e dos saberes envolvidos.”

Iran Pereira Veiga Jr.
Agrônomo da Universidade
Federal do Pará

naturais. O manejo florestal comunitário deve responder, em sua opinião, à necessidade de participação das populações locais no manejo dos recursos naturais, traduzindo-se no seu ‘empoderamento’, o que faz valer a multiplicidade dos modos de gestão dos recursos naturais e dos saberes envolvidos.

Mas, segundo Veiga, há uma tensão entre essa multiplicidade e as políticas públicas, que, por sua vez, tendem a abafar essa diversidade, suprimir os espaços formais de negociação com iniciativas fixadoras no tempo. “Há uma confrontação permanente entre o saber técnico e o saber local, assim como o risco de legitimação de imposições, como os ‘planos de uso’ das reservas extrativistas (Resex)”, exemplificou o agrônomo. “Há uma visão normativa do que deve ser o futuro da iniciativa, em que a mata é o elemento dinâmico na preservação de um lote. Os critérios técnicos são externos à comunidade, distintos em relação à visão dos colonos e das populações locais, e parece não haver mecanismos para negociar essas visões diferenciadas.”

Veiga lembra que a idéia do ‘comunitário’ vem, do mesmo modo, idealizando e fixando a diversidade das formas de organização social – o comunitário é, ao mesmo tempo, local e territorial. No contexto da fronteira, todavia, a migração é um fenômeno sempre presente, constituindo-se parte da realidade dessas comunidades. Existe, para o agrônomo, um processo de aprendizagem social em torno do projeto de manejo florestal comunitário (o Estado,

as ONGs *versus* as populações locais). “Mas que tipo de participação está em curso?”, questionou ele. “O manejo florestal comunitário expressa realmente uma alternativa?”

Segundo Gutemberg Guerra, é preciso reinventar na hora de elaborar novas formas de abordagem na agronomia. “Há uma polissemia [multiplicidade de sentidos] da ‘mata’ que precisa ser observada. Se para os madeireiros de Marabá, nas décadas de 1980 e 1990, a vocação da árvore era se tornar madeira (ou dinheiro), em pranchas, há hoje também um conjunto de funções positivas da árvore, como fornecer sombra, frutos, refúgio de pássaros, embelezamento de paisagem etc.”, observou o sociólogo. “Verificam-se, portanto, inúmeros usos materiais e imateriais da floresta, em que o seu valor não monetarizável acaba ficando oculto.”

Quanto às questões do aquecimento global e das mudanças climáticas, Guerra disse que os parâmetros para as relações com a natureza têm que ser reinventados. Em sua opinião, o desafio consiste, exatamente, em ressignificar e criar novas práticas de pensar e de refazer essas relações.

“Há uma polissemia [multiplicidade de sentidos] da ‘mata’ que precisa ser observada. Se para os madeireiros de Marabá, nas décadas de 1980 e 1990, a vocação da árvore era se tornar madeira (ou dinheiro) em pranchas, há hoje também um conjunto de funções positivas da árvore, como fornecer sombra, frutos, refúgio de pássaros, embelezamento de paisagem etc.”

Gutemberg Diniz Guerra
Sociólogo rural da
Universidade Federal do Pará

CIÊNCIAS SOCIAIS

Especialistas avaliam grandes projetos de desenvolvimento econômico na Amazônia

Três décadas depois

Os ‘grandes projetos de desenvolvimento’ – como foram chamados há 30 anos os empreendimentos na Amazônia que envolviam grande montante de capital financeiro e industrial fornecido por agências multilaterais, como o Banco Mundial – e as atuais estratégias do Estado e de empresas para a região foram objeto de debate na mesa-redonda ‘Grandes projetos, 30 anos depois’, coordenada pelo antropólogo Gustavo Lins Ribeiro, da Universidade de Brasília (UnB), com a participação do economista Carlos Bernardo Vainer, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e do antropólogo Alfredo W. Berno de Almeida, da Universidade Federal do Amazonas (Ufam).

Em sua apresentação, Gustavo Lins Ribeiro lembrou as dimensões que caracterizaram esses projetos: o gigantismo do capital neles investido, o relativo isolamento de uma massa de trabalhadores – homens em sua quase totalidade – imobilizada nos acampamentos das obras e a temporariedade de tais empreendimentos. “Trata-se de verdadeiras instituições – semelhantes, em suas regras e em seus controles, a manicômios e prisões –, montadas para a construção de barragens, rodovias e ferrovias”, apontou.

O antropólogo da UnB contou que as condições de trabalho nesse tipo de obra eram de ausência de infra-estrutura adequada (alojamento, alimentação e lazer) e confinamento no local. Isso, em sua avaliação, acabou provocando distorções

demográficas: aumento da pressão sobre a população feminina e a constituição de grandes zonas de prostituição no entorno – como também ocorreu nos garimpos –, além de pressões sobre as terras indígenas, com conseqüentes impactos na vida da população local.

Lins Ribeiro citou a construção de Brasília, nos anos 1950, como um grande e fundamental projeto na história do país, que mobilizou 60 mil trabalhadores. “A construção de hidrelétricas apresenta dimensões equivalentes, envolvendo vários milhares de trabalhadores”, comparou. Além disso, segundo o pesquisador, esse tipo de empreitada cria uma ambigüidade jurídica altamente instrumental para a exploração da força de trabalho. “Mesmo que o Estado seja proprietário da obra, aquele território e a vida dos envolvidos no grande projeto são inteiramente controlados pelas grandes empreiteiras e pelos interesses privados.”

O antropólogo destacou ainda o caráter temporário desses grandes projetos, que são desmobilizados quando a obra termina. “Em nível local, ao *boom* de atividades econômicas provocado pela presença do grande projeto, segue-se o declínio”, afirmou. “O aumento da intensidade de exploração da força de trabalho tem um prazo político: a inauguração da obra, que não traz desenvolvimento para o local – muitas vezes, não há luz elétrica no entorno das hidrelétricas ou das linhas de transmissão, por exemplo – e se traduz em desmobilização da força de trabalho e de recursos em relação ao momento anterior.”

Reformas de três tipos

Nos últimos 30 anos, é possível, segundo Lins Ribeiro, observar três conjuntos de reformas com relação ao campo desenvolvimentista em que os grandes projetos estão inseridos. Primeiro, as reformas neoliberais: com o decorrente encolhimento do Estado, que antes era o proprietário das obras, hoje muitas delas se encontram nas mãos do setor privado. Em segundo lugar, as reformas democráticas, importantes para o operariado: o fortalecimento sindical pode ter reduzido a superexploração dos trabalhadores – aspecto que requer estudos empíricos, como salientou o pesquisador. Por último, as reformas ambientalistas: a eficácia política do discurso sobre o desenvolvimento sustentável

“Mesmo que o Estado seja proprietário da obra, aquele território e a vida dos envolvidos no grande projeto são inteiramente controlados pelas grandes empreiteiras e pelos interesses privados.”

Gustavo Lins Ribeiro
Antropólogo da Universidade de Brasília

criou condicionalidades, mas ele foi domesticado e burocratizado, passando a prevalecer de fato uma concepção reformista do critério.

O coordenador da mesa disse ainda que estruturas normativas foram criadas no âmbito do Estado – Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e, mais recentemente, o Instituto Chico Mendes. “Mas qual o poder dessas estruturas para frear o desenvolvimento preda-

“Hoje, o ritmo das transformações é acelerado, ocorrendo em espaços determinados.

O seu significado é ‘naturalizado’ para alguns setores, que adotam a terminologia dos ‘impactos’ para lidar com a ruptura dos sistemas de organização social e com a estrutura fundiária, levando a uma reconfiguração política.”

Carlos Bernardo Vainer
Economista da Universidade
Federal do Rio de Janeiro

tório?”, questionou. Ele destacou que, em grande parte, o papel da sociedade civil continua essencial, lembrando que o Fórum Independente Popular foi constituído em Porto Velho (RO) a partir do anúncio da construção das hidrelétricas no rio Madeira e vem manifestando seu repúdio à decisão do Ibama de conceder licenciamento ambiental àqueles grandes projetos.

“Uma breve análise do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) aponta, por um lado, para a força do poder das empreiteiras – segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, 54% dos parlamentares eleitos receberam recursos de campanha das empreiteiras – e, por outro, para a constatação de que a concepção tradicional de desenvolvimento não foi sepultada pela ideologia da sustentabilidade”, ressaltou Lins Ribeiro.

Transformações na região

Dando continuidade às apresentações, Carlos Bernardo Vainer brincou com a platéia, perguntando “em que empresa você vai votar nas próximas eleições?”, ao tratar da proposta da mesa-redonda de comparar qual é hoje o ‘grande projeto’ de 30 anos atrás, e apontou a associação a processos de grande concentração de capital e sua centralização. “Hoje, o ritmo das transformações

é acelerado, ocorrendo em espaços determinados. O seu significado é ‘naturalizado’ para alguns setores, que adotam a terminologia dos ‘impactos’ para lidar com a ruptura dos sistemas de organização social e com a estrutura fundiária, levando a uma reconfiguração política”, afirmou o economista.

Segundo Vainer, trata-se de um modo particular de mudança sob a hegemonia do capital. A seu ver, a chave de leitura desse esquema interpretativo para entender os grandes projetos envolve uma mobilização produtiva do território (no caso do PAC, por exemplo). “Qual o significado dos grandes projetos nos anos 50-60 e qual o seu significado atualmente?”, indagou. E respondeu a seguir: “Nos anos 60, havia uma crítica dos teóricos espaciais neoclássicos aos padrões do desenvolvimento capitalista voltada para a superação do desequilíbrio através das convergências regionais *versus* os teóricos marxistas, que analisavam o desenvolvimento desigual e combinado, para os quais o desequilíbrio é próprio do capitalismo, sendo necessário aprofundar as desigualdades”. De acordo com a nova espacialidade no território brasileiro, a irrupção de momentos de desequilíbrio traduziu-se nos pólos de crescimento regional – o modelo cepalino [de Cepal, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe] de desenvolvimento – e nas agências regionais, como as superintendências da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene) e os Planos Nacionais de Desenvolvimento I e II.

Nesse contexto, informou o economista, os novos sujeitos eram as agências setoriais – Petrobras, Companhia Siderúrgica Nacional e Companhia Vale do Rio Doce –, com mudanças de concepção do território por parte do Estado. “O Projeto Radam [Radar na Amazônia, criado em 1970 para fazer um levantamento dos recursos naturais da região] continha uma descrição analítica do território, onde outra geografia de concepção militar expressava a mobilização produtiva do espaço (Pólo minero-metalúrgico de Carajás, Polonoeste, Plano de Integração Nacional etc.)”, exemplificou. “Os grandes projetos construíram suas regiões, como Carajás, exemplo dos chamados enclaves econômicos, que não realizaram a promessa de difundir o desenvolvimento.”

“Os grandes projetos construíram suas regiões, como Carajás, exemplo dos chamados enclaves econômicos, que não realizaram a promessa de difundir o desenvolvimento.”

Carlos Bernardo Vainer
Economista da Universidade
Federal do Rio de Janeiro

No século 21, continuou Vainer, o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) foi uma ‘carteira de projetos’ com departamentos divididos por regiões e a recriação de instrumentos, como a Sudam e a Sudene, ao lado de medidas para proteger o ambiente (os licenciamentos ambientais) e os questionamentos judiciais através do Ministério Público. “Com as reformas neoliberais, ocorreu uma coalizão de interesses que minimizou o embaite no interior do Estado, co-financiador dos investimentos, através do Banco Nacional de

Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)”, relatou o economista. “A retórica desenvolvimentista e a concepção gerencial do Estado, em comparação com os anos 60, têm um significado social e econômico diferente em termos simbólicos. Havia uma

“Se na década de 1970 as empresas de consultoria realizavam levantamentos de bacias sedimentares, hoje a indústria dos estudos de impacto ambiental, com seus relatórios (Rimas) feitos também nas universidades, apresenta uma monotonia surpreendente. As populações tradicionais – caboclos, ribeirinhos, indígenas, extrativistas etc. – são vistas como resíduos, como remanescentes.”

Alfredo Wagner Berno de Almeida
Antropólogo da Universidade Federal do Amazonas

concepção estatista – que comportava companhias como a Vale do Rio Doce (CVRD) e a Siderúrgica Nacional (CSN) – e um projeto nacional que considerava a relevância do mercado interno, em que o crescimento brasileiro integraria as bases da modernidade. Hoje verifica-se um ‘crescentismo’ ou um crescimento sem plano, uma segmentação do Estado e a fragmentação do território sob o controle do setor privado”, concluiu.

Percepção e intervenção

O antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida chamou a atenção para o fato de que os esquemas interpretativos empregados para se pensar a Amazônia contêm em si modos de percepção e também constituem formas de intervenção. Ele apontou alguns problemas ligados ao modo de periodizar a intervenção organizada pelas idéias do planejamento. “Em 1966, com a Política de Integração Nacional, o ministro Roberto Campos afirmava a ‘vocação mineral da Amazônia’, e o Projeto Jari, baseado na *plantation* e no trabalho escravo, foi um exemplo de mobiliza o de força de trabalho e de institui o total”, contou Almeida. Ele lembrou que os levantamentos das bacias sedimentares na Amazônia eram feitos por engenheiros, geólogos e economistas de grandes empresas, como a Hidroservice na bacia do Tocantins e a Sondot cnica no Xingu e no Tapajós, onde a província aurífera de Itaituba chegou a mobilizar 200 mil garimpeiros.

O antropólogo disse que o Congresso Nacional era responsável pela concessão de áreas de prospec o e explora o mineral – como Carajás   CVRD e a minera o da bauxita   Alcoa, nos anos 80. “Atualmente há conces-

sões para a exploração florestal, prosseguindo a indústria do ferro-gusa, do caulim e da bauxita. Ao mesmo tempo, houve um crescimento exponencial do número de cabeças de gado na Amazônia”, acrescentou.

Um exercício comparativo começa pelas estatísticas, segundo Almeida. Há 30 anos, lembrou ele, a CVRD exportava 4 milhões de toneladas de ferro, vendidas a US\$ 17 a tonelada; hoje exporta 41 milhões de toneladas, vendidas a US\$ 40 dólares a tonelada e a expectativa de exploração integral de Carajás foi reduzida em 100 anos. “O crescimento populacional foi significativo – 3,6 milhões de habitantes na Amazônia, de acordo com o censo de 1970, e 12,9 milhões, segundo o censo de 2000. Se na década de 1970 as empresas de consultoria realizavam levantamentos de bacias sedimentares, hoje a indústria dos estudos de impacto ambiental, com seus relatórios (Rimas) feitos também nas universidades, apresenta uma monotonia surpreendente”, comparou. “As populações tradicionais – caboclos, ribeirinhos, indígenas, extrativistas etc. – são vistas como resíduos, como remanescentes.”

O antropólogo afirmou que há uma massa crítica instalada para pensar os processos em curso em instituições como a Embrapa, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, o Museu Paraense Emílio Goeldi e as universidades federais e, a despeito das diferenças, é possível distinguir dois conjuntos de estratégias empresariais que denotam certo êxito, mas onde não são raros os atritos internos. “O primeiro toma o recurso natural como um bem a ser preservado, enfatizando a propriedade intelectual e o contrato de uso do patrimônio genético, onde as patentes garantem um fluxo de recursos permanente. Sobressaem-se os laboratórios de biotecnologia, a indústria farmacêutica e de cosméticos, ao lado dos projetos certificados, dos mecanismos de seqüestro de carbono e do reinício das prospecções petrolíferas no estado do Acre, que já conta com editais da Agência Nacional de Petróleo”, exemplificou Almeida. “O outro conjunto de estratégias é a vertente pesada dos pecuaristas, sojicultores, madeireiros e guseiros (há mais de 12 plantas industriais sem florestas próprias) sobre a Amazônia fornecedora de *commodities*.”

Pesquisadores e estudantes presentes ao debate enfatizaram a necessidade de discutir novos caminhos, soluções ou alternativas a serem apontados através de uma articulação deliberada, para impedir que os interesses privados e internacionais de fato prevaleçam – como vem ocorrendo ao longo das últimas três décadas – na forma de novas combinações e modos de produção.

S O C I O L O G I A

Cientistas debatem direito de
posse dos diferentes povos
tradicionais da Amazônia

A quem pertence a terra?

A contínua expansão da fronteira de ocupação na Amazônia e a disputa pela terra estão na base da aceleração do desmatamento e do caos fundiário no estado do Pará. As unidades de conservação (UCs) e as terras indígenas (TIs) não fazem parte do mercado imobiliário, uma vez que são terras da União, embora seus recursos naturais continuem a ser ilegalmente explorados. O quadro da violência e dos assassinatos no campo (entre 1997 e 2003), associado ao trabalho escravo, demonstra que a violação dos direitos humanos e a destruição ambiental caminham juntas. Com a apresentação desse panorama, o advogado José Heder Benatti, atual presidente do Instituto de Terras do Pará (Iterpa), deu início à mesa-redonda 'Populações tradicionais, conservação e políticas territoriais', coordenada pelo antropólogo Roberto Araújo de Oliveira Santos Jr., do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), que contou ainda com a participação da bióloga e antropóloga Deborah de Magalhães Lima, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

De acordo com Benatti, que apresentou dados do Iterpa, 55% do estado do Pará são formados por unidades de conservação e terras indígenas, 7% por assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), 3% por reservas extrativistas e 0,5% por quilombos já reconhecidos. No entanto, há cerca de 20 milhões de hectares a serem regularizados, representando 14% de terras devolutas, nos quais, diante da inde-

finição da propriedade, a conquista vem se dando pela força; o Estado acaba atuando na intermediação do conflito de interesses.

Quem tem direito ao espaço territorial? Uma análise institucional das categorias envolvidas e do modo como o Estado lida com a questão aponta para o fato de que esse debate cabe também à sociedade. “A proposta do Iterpa para ordenamento territorial, regularização fundiária e combate à grilagem no estado do Pará – que cresce com a impunidade – abrange a definição dessa destinação, uma vez que diferentes sujeitos querem acessar os mesmos direitos”, apontou o advogado.

Em primeiro lugar, estão os povos indígenas, que detêm o direito originário sobre seus territórios, sobre o qual qualquer outro perde direito.

Em seguida, estão as áreas necessárias à proteção de ecossistemas ou ocupadas por populações tradicionais, incluindo os quilombos. Em terceiro lugar, estão as áreas destinadas à reforma agrária (a propriedade familiar) e, por fim, as atividades agroambientais para médios e grandes imóveis. Mas, como ressaltou Benatti, a inversão dessa ordem de prioridade corresponde, infelizmente, à realidade.

O critério do apossamento preexistente é empregado para regularizar externamente a posse – exemplificado no caso de seringueiros e famílias de ribeirinhos (ou beiradeiros), que constituem espaços coletivos, com suas formas particulares de ocupação territorial de acordo com a atividade econômica. Nesses casos, não se pode dividir a propriedade em lotes, o que implicaria romper com a estrutura social existente e com o sistema de utilização diversificado dos recursos naturais. A ocupação das várzeas também apresenta suas características, devido ao regime de cheias e vazantes.

O conceito de formação da propriedade (que remonta aos séculos 18 e 19) está ligado ao trabalho e tem uma dimensão excludente de quem não é proprietário. Uma definição socioambiental da propriedade considera o apossamento (quais os recursos naturais utilizados), o grupo social (sistema de organização social, laços de parentesco,

“A proposta do Iterpa para ordenamento territorial, regularização fundiária e combate à grilagem no estado do Pará – que cresce com a impunidade – abrange a definição dessa destinação, uma vez que diferentes sujeitos querem acessar os mesmos direitos.”

José Heder Benatti
Presidente do Instituto de Terras do Pará

culturais, religiosos etc.) e as características do ecossistema (terra firme, várzea, lago etc.), visando à regularização fundiária com o mínimo de impacto ambiental.

Para finalizar, Benatti apresentou as categorias jurídicas atualmente vigentes em relação ao regime de concessão: reservas extrativistas (Resex), originadas na década de 1980 e regulamentadas em 1990, reservas de desenvolvimento sustentável (RDS), terras de quilombolas, Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e Projeto de Assentamento Florestal (PAF), categoria esta apenas prevista e não criada efetivamente. Todas se caracterizam como ‘concessões de uso’ – são terras públicas, sem titulação individual. São concedidas a associações, que realizam a mediação, embora nem sempre representem o grupo social envolvido, o que às vezes gera conflitos.

“Há uma expectativa de que os antropólogos resolvam essas definições/classificações, que especificam as distinções sociais com base no ponto de vista dos próprios grupos (etnográfica).”

Deborah de Magalhães Lima
Antropóloga da Universidade Federal de Minas Gerais

Categorias sociais

No contexto mais amplo de políticas de reconhecimento e contrapondo aos referenciais das categorias ‘índios’ e ‘quilombolas’, a antropóloga Deborah de Magalhães Lima apresentou uma reflexão sobre o conceito de ‘populações tradicionais’, definidas no âmbito da Política Nacional de Áreas Protegidas (PNAP). Ressaltou não haver entendimento universal para essas categorias e sim uma convenção de graus distintos de reconhecimento. Há uma expectativa de que os antropólogos resolvam essas definições/classificações, que especificam as distinções sociais com base no ponto de vista dos próprios grupos (etnográfica).

Segundo Magalhães Lima, índio, quilombola e população tradicional consistem em semantizações que não alcançam o senso comum (as duas primeiras apenas entendidas como ‘raça’), e a permanente atualização dessas classificações vem desfazendo as antigas dicotomias rural-urbano, primitivo-civilizado etc. Cada uma delas, enquanto construção, é um conjunto de categorias com suas fronteiras e identificações, para as quais existem políticas recentes voltadas para compensações, reparação e legitimação. “O Estado é chamado a se responsabilizar por esses grupos, até então invisíveis.”

A antropóloga lembra que ‘população tradicional’ é um conceito que surgiu na década de 1980 a partir do reconhecimento exterior. Nos anos 90, foi adotada – também no plano internacional – como parte da estratégia para assegurar a presença humana em unidades de conservação; a primeira tentativa de sua definição deu-se através do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), mas foi recolhida por não apresentar contrastividade. Atualmente são os próprios grupos que se apresentam com uma identidade específica, reivindicando seu reconhecimento.

O decreto n. 6.040, de 07/02/2007, instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), tendo-os definido como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”. Na avaliação de Magalhães Lima, no embate entre tradição e modernidade, optar pela primeira é um modo de exclusão em relação à segunda – as populações tradicionais surgem como mediadoras entre o desenvolvimento e a sustentabilidade, entre o humano e a natureza, como se fosse uma etapa anterior de desenvolvimento social. “Ao serem alçadas a guardiãs da natureza, houve uma associação complementar entre biodiversidade e populações tradicionais, como modo contemporâneo de expressar a relação entre natureza e cultura.”

Ao situar em que campos semânticos se insere a definição de populações tradicionais, o coordenador da mesa, Roberto Araújo de Oliveira Santos Jr., destacou a importância da noção de ‘comunidade’, utilizada pela sociologia no Brasil para descrever uma forma singular de organização social, produto de elaborações culturais sucessivas da herança colonial, mas de acordo com lógicas próprias a sistemas domésticos de produção. Ele citou exemplos na literatura

“No embate entre tradição e modernidade, optar pela primeira é um modo de exclusão em relação à segunda – as populações tradicionais surgem como mediadoras entre o desenvolvimento e a sustentabilidade, entre o humano e a natureza, como se fosse uma etapa anterior de desenvolvimento social.”

Deborah de
Magalhães Lima
Antropóloga da Universidade
Federal de Minas Gerais

em Euclides da Cunha e Antonio Cândido e os estudos de comunidade nos anos 50, para destacar uma visão dicotômica da expansão territorial do país, opondo o latifúndio, por um lado, e comunidades 'igualitárias', por outro. Na década de 1960, a Igreja católica apropriou-se dessa noção, politizada nos anos 70 e 80 com as comunidades eclesiais de base (CEBs).

“Na associação no imaginário político de ecologia e populações locais, a noção de ‘população tradicional’ recobre realidades sociológicas distintas. Situando-se na busca da interlocução política para certos segmentos sociais até então invisíveis no plano das instituições jurídicas nacionais, elas passaram a congregar-se no seio de organizações ou associações que garantissem essa interlocução.”

Roberto Araújo de Oliveira Santos Jr.
Antropólogo do Museu Paraense Emílio Goeldi

Santos Jr. disse que, nesse mesmo período, os debates sobre a especificidade de um 'campesinato' brasileiro constituíram a base dos principais estudos acadêmicos sobre o meio rural, em especial nas áreas de fronteira. Na década de 1990, a novidade consistiu na defesa da participação das populações tradicionais nos processos decisórios e na construção do modelo socioambiental: o 'camponês anticapitalista' transformava-se no 'extrativista ecológico'. Nesse processo de recomposição discursiva, as populações locais – antes obstáculos ao desenvolvimento – passam a ser concebidas como populações interlocutoras do planejamento do uso racional dos recursos.

O antropólogo chamou a atenção para a associação no imaginário político de ecologia e populações locais, em que a noção de 'população tradicional' recobre realidades sociológicas distintas. “Situando-se na busca da interlocução política para certos segmentos sociais até então invisíveis no plano das instituições jurídicas nacionais, elas passaram a congregar-se no seio de organizações ou associações que garantissem essa interlocução.”

No contexto atual das políticas florestais para a Amazônia, essa interlocução, segundo ele, enfrenta diversos problemas, decorrentes da grande dependência social em que essas populações vivem e se reproduzem.

“A cooptação de segmentos dessas populações locais por madeireiros e/ou grandes proprietários é freqüente. Isso pode levar à criação de associações concorrentes no interior de uma mesma reserva extrativista – cada qual

reivindicando uma representatividade em virtude da autoctonia de seus afiliados – que defendem propostas diferentes e até contraditórias sobre o estatuto fundiário, a destinação econômica e a área das reservas, algumas em defesa clara dos interesses de empresários e políticos locais.”

Santos Jr. afirmou que a complexidade das relações sociais e políticas envolvidas na criação de unidades de conservação de uso direto parece assim freqüentemente diluir a dicotomia simples entre uma população tradicional (cujos interesses se confundem apenas com a preservação dos recursos) e a ação de predadores capitalistas. De acordo com ele, esse retorno da realidade pela porta da frente faz cair dos céus quem pensava poder eliminar pelos fundos a centralidade das relações de patronagem e o clientelismo político, que sempre constituíram aspectos estruturais das sociedades tradicionais da Amazônia, da mesma forma que certas práticas são percebidas como ‘comunitárias’.

“Temos talvez em primeiro lugar os biólogos, ecologistas e técnicos ambientais, cujo papel na definição e na implementação de políticas públicas foi reforçado em função das exigências legais de avaliar os recursos e planificar seu uso antes de destinar créditos às associações”, apontou o coordenador da mesa. “Menos acostumados do que os sociólogos aos procedimentos de desconstrução das categorias do discurso, eles terão levado ao pé da letra a incondicionalidade de uma aliança com as populações tradicionais, que (caso funcionasse) teria permitido que eles economizassem a análise das condições de implantação e do acompanhamento da evolução das organizações locais.”

Segundo Santos Jr., seu desencantamento pode levar a se contentar com uma ciência despolitizada, limitando-se a meras descrições quantitativas de correlações entre certos fenômenos (impacto da abertura de estradas sobre as transformações da paisagem, destruição da cobertura florestal etc.). “Isso sem realmente levar em conta os problemas colocados pelas dinâmicas sociopolíticas e históricas envolvidas no equacionamento das situações (o vínculo estrutural entre desmatamento, violência e formas de exploração da mão-de-obra, por exemplo, como foi mostrado nesta sessão, etc.). Ou, ainda pior, encorajar o retorno a uma oposição radical entre necessidade de preservação ambiental e ocupação humana, que evacuaría as condições atuais de negociação política.”

No pólo oposto, disse o antropólogo, o governo federal parece ceder a pressões políticas para relançar economias que, como a exploração madeireira, se tornaram recentemente alvo de tentativas de regulamentação, provocando uma diminuição dos rendimentos e do número de empregos. Em março de 2006, uma lei instaurou assim as ‘concessões florestais’, bem como uma nova administração – o Serviço Florestal Brasileiro –

responsável pelos contratos de concessão de licenças de exploração florestal a companhias escolhidas mediante edital. Essa lei prevê igualmente a participação de associações de populações residentes em unidades de conservação de uso direto na economia florestal.

“Em vez de usar o conceito de tradição, tal como se faz presente em um imaginário político que associa automaticamente populações locais e preservação, seria melhor atentar para as implicações da definição de Mauro Almeida e Manuela Carneiro da Cunha, que permite introduzir a noção moderna de contrato e a obrigação subscrita de implantar formas de participação que verdadeiramente contribuam para tornar obsoletas as condições de reprodução da dependência social.”

Roberto Araújo de
Oliveira Santos Jr.
Antropólogo do Museu
Paraense Emílio Goeldi

“Nas condições atuais, é lícito, porém, duvidar se as condições de organização das populações locais (marcadas por relações de dependência) asseguram em definitivo sua participação, segundo critérios democráticos, nos benefícios da extração madeireira, como também se são dados os requisitos de uma economia política necessários ao aproveitamento dos produtos da extração florestal”, observou Santos Jr.

A seu ver, em vez de usar o conceito de tradição, tal como se faz presente em um imaginário político que associa automaticamente populações locais e preservação, seria melhor atentar para as implicações da definição dos antropólogos Mauro Almeida e Manuela Carneiro da Cunha. Esta permite introduzir – juntamente com a idéia de um pacto socioambiental vinculando certas populações doravante engajadas a respeitar certas formas de uso dos recursos mencionadas como tradicionais, por um lado, e o Estado, por outro – a noção moderna de contrato e a obrigação subscrita de implantar formas de participação que verdadeiramente contribuam para tornar obsoletas as condições de reprodução da dependência social.

Mas, para Santos Jr., isso depende de uma melhor convergência entre a gestão territorial e as políticas de desenvolvimento e – mais globalmente – de uma maior funcionalidade das ações de Estado. “É preciso furtar as instituições à obediência exclusiva de interesses dominantes, o que ocorre muitas vezes ao arrepio da legalidade nas sociedades e economias da Amazônia.”

Encontro entre saberes

Os conhecimentos tradicionais e científicos são profundamente distintos, mais do que se imagina, e não se trata apenas de uma diferença de resultados. Com essa frase a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, da Universidade de Chicago, abriu a concorrida conferência 'Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico', em que tratou das distinções e das semelhanças entre os mesmos e da oportunidade histórica que o país tem de reconhecer, na lei e na prática, a importância da contribuição dos 'conhecimentos tradicionais'.

Segundo Carneiro da Cunha, a comparação entre esses saberes requer o reconhecimento de algum grau de semelhança. Ambos os saberes são formas de procurar entender e agir sobre o mundo, ambos são obras abertas, inacabadas, sempre em construção. Para o senso comum, os conhecimentos tradicionais são pensados equivocadamente como um tesouro, um acervo transmitido e não como processos de investigação.

"Mas há profundas diferenças, a começar pelo regime único que vigora para o conhecimento científico, enquanto os conhecimentos tradicionais se assentam em uma legião de regimes, tantos quantos os povos que os detêm", advertiu a antropóloga. Ela questionou as próprias noções de conhecimento e saber: onde se enquadram, como são produzidas, legitimadas, transmitidas? "Diante da pretensão da universalidade da ciência moderna, que se afirma como absoluta,

herdeira das idéias medievais e deliberadamente construída a partir do século 17 como uma, o conhecimento tradicional admite a pluralidade”, comparou.

A conferencista ressaltou as pontes existentes entre esses dois tipos de saberes: “Se as operações lógicas que os sustentam são as mesmas, de onde provêm as diferenças?”, indagou, lembrando de dois autores que se dedicaram à mesma investigação. Um deles é o antropólogo britânico E.E. Evans-Pritchard (1902-1973), que afirmou, na década de 1930, que não há lógicas diferentes da nossa; o que produz a diferença são as premissas. O outro é o antropólogo belga Claude Lévi-Strauss (1908-), que, no início dos anos 60,

dizia que essa distinção responde ao mesmo apetite de saber. Para ele, há níveis estratégicos aos quais as lógicas se aplicam: enquanto os saberes tradicionais lidam com ‘qualidades sensíveis’ (cheiros, sabores, cores, formas etc.), a ciência lida com a ‘lógica dos conceitos’.

“Diante da pretensão da universalidade da ciência moderna, que se afirma como absoluta, herdeira das idéias medievais e deliberadamente construída a partir do século 17 como uma, o conhecimento tradicional admite a pluralidade.”

Manuela Carneiro da Cunha
Antropóloga da
Universidade de Chicago

Contribuições e controvérsia

Carneiro da Cunha questionou o que as ciências tradicionais poderiam aportar à ciência ocidental de modo mais pragmático. “Não apenas informações sobre a atividade biológica ou sobre modos adequados de usar o ambiente, mas também alternativas aos próprios modelos explicativos”, respondeu ela. “No entanto, essas contribuições são desprezadas ou subutilizadas”, ressaltou.

A antropóloga citou como exemplo uma controvérsia presente na farmacologia entre fazer pesquisa com base em moléculas combinadas de forma aleatória ou a partir de moléculas identificadas em produtos da medicina tradicional. O argumento comumente usado pelos pesquisadores para abandonar essas últimas e os produtos

naturais em geral é a alta velocidade com que se consegue testar novas substâncias hoje. De acordo com a conferencista, esse tipo de argumento é de caráter tecnológico, embora os problemas sejam políticos, econômicos e jurídicos. “Há um intenso *lobby* político da poderosa indústria farmacêutica, muito atuante nos Estados Unidos e em outros países que dominam a cadeia tecnológica e que são refratários aos conhecimentos tradicionais”, alertou Carneiro da Cunha.

No âmbito legal, disse a antropóloga, os direitos associados ao conhecimento tradicional e à ciência assentam-se na Convenção sobre Diversidade Biológica [assinada em 1992 e já ratificada por 168 países, inclusive o Brasil]. Em seu artigo 8, item (j), estabelece a necessidade de “respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica e incentivar sua mais ampla aplicação com a aprovação e a participação dos detentores desse conhecimento, inovações e práticas; e encorajar a repartição equitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento, inovações e práticas”.

‘Bioparanóia’

Carneiro da Cunha disse que o Brasil está liderando na Organização Mundial do Comércio a defesa de exigir, no estabelecimento de qualquer direito de propriedade intelectual, dados sobre a origem não só dos seus recursos genéticos mas também dos conhecimentos tradicionais associados a eles que foram usados. “Diante disso, é paradoxal que, entre os cientistas nacionais, ainda não se tenha estabelecido uma cultura compatível e sintonizada com essa reivindicação internacional”, observou a antropóloga.

Finalizando, a conferencista enfatizou a importância de o Brasil valorizar internamente tanto os recursos genéticos quanto os conhecimentos tradicionais para não desenvolver uma ‘bioparanóia’. “Os problemas são de justiça e equidade e, ao não dar a devida atenção a essa questão, o país perde a oportunidade histórica que se apresenta de contar com a contribuição dos conhecimentos tradicionais e a participação das populações tradicionais nos benefícios oriundos desses conhecimentos”, concluiu.

“Há um intenso *lobby* político da poderosa indústria farmacêutica, muito atuante nos Estados Unidos e em outros países que dominam a cadeia tecnológica e que são refratários aos conhecimentos tradicionais.”

Manuela Carneiro da Cunha
Antropóloga da
Universidade de Chicago

CIÊNCIAS SOCIAIS

Gestão de recursos hídricos
na Amazônia gera conflitos
com as populações locais

Águas da discórdia?

Ao relacionar vários níveis de poder e escalas de ação, o debate sobre o futuro dos recursos hídricos na Amazônia ressurgiu no contexto da política nacional de desenvolvimento energético e dos novos projetos para a construção de hidrelétricas, rumo à privatização dos recursos hídricos. Ao lado das questões relativas à biodiversidade, sobressaem os conflitos entre interesses de empresas nacionais e internacionais, o Estado e as populações locais – indígenas, ribeirinhas, extrativistas, entre outras.

O assunto foi debatido durante o encontro aberto 'A água na Amazônia: projetos desenvolvimentistas e impactos sobre as populações ribeirinhas (conflitos locais *versus* interesses globais)', coordenado pela socióloga Edna Maria Ramos de Castro, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA). Na oportunidade, foram apresentadas pesquisas em andamento, realizadas pela ecóloga Andrea Waichman, da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), pela cientista política Nírvia Ravena, da UFPA, pelo geógrafo David Gibbs McGrath, do NAEA/UFPA, e pela antropóloga Voyner Ravena Cañete, da Universidade do Amazonas (Unama). Reflexões sobre o tema foram feitas pela coordenadora do encontro e pelo sociólogo e especialista em desenvolvimento urbano Carlos Bernardo Vainer, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ippur/UF RJ).

Waichman iniciou a apresentação, mencionando as duas visões existentes sobre a problemática dos recursos hídricos na Amazônia: de um lado, a concepção da Amazônia 'natural', que possui a maior bacia hídrica do mundo (com 7 milhões de km² e representando 17% das águas fluviais), e, de outro, a noção da Amazônia antrópica, explorada pelo ser humano. A ecóloga esboçou ainda um panorama das atividades econômicas presentes na Amazônia, assim como dos sistemas aquáticos da região, mostrando a importância dos mesmos para o desenvolvimento regional, a navegação, a produção de alimentos – por meio da agricultura de várzea e da pesca – e o ecoturismo.

Contaminação

“Nos últimos 30 anos, várias atividades econômicas vêm sendo desenvolvidas na região amazônica, com o objetivo de integrar a economia nacional, que acabam gerando impactos sobre os sistemas aquáticos, como a degradação dos recursos hídricos, e comprometendo o modo de vida dos ribeirinhos, inteiramente ligado à água”, relatou Waichman. Ela disse que, entre esses processos, a exploração mineral levou à substituição do trabalho artesanal dos garimpos – que chegou a envolver 1,2 milhão de indivíduos – por uma intensa mecanização, causando a degradação de sistemas aquáticos, sobretudo nos estados do Pará, de Mato Grosso, Rondônia e Roraima. A atividade mecanizada nos garimpos resultou também, segundo a pesquisadora, em elevados níveis de contaminação por mercúrio do ambiente e da população – de 100 a 150 toneladas do metal liberados no ambiente e incorporados à cadeia alimentar através de uma dieta baseada em peixes carnívoros, principalmente nas bacias dos rios Madeira e Negro.

“A exploração de gás e petróleo nas reservas dos rios Urucu e Juruá (AM) desde 1987 apresenta-se como atividade de risco”, informou a ecóloga. Ela se lembrou também do gasoduto em construção, que liga Coari a Manaus, com 500 km de extensão, e de seus possíveis impactos para a população da área. Com o

“Nos últimos 30 anos, várias atividades econômicas vêm sendo desenvolvidas na região amazônica, com o objetivo de integrar a economia nacional, que acabam gerando impactos sobre os sistemas aquáticos, como a degradação dos recursos hídricos, e comprometendo o modo de vida dos ribeirinhos, inteiramente ligado à água.”

Andrea Waichman
Ecóloga da Universidade
Federal do Amazonas

represamento dos igarapés e o início da operação, o gasoduto deverá diminuir a produção de peixes, além de derramar óleo nos sistemas aquáticos. Entre 1999 e 2001, foram contabilizados 10 acidentes pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), sem estudos e sob o sigilo imposto pelas empresas.

A pesquisadora citou a hidrelétrica de Balbina (AM), construída nos anos 80, como exemplo de um dos empreendimentos de maior impacto em uma grande área de inundação (2.300 km²). “Há uma relação clara entre os investimentos econômicos e o desmatamento, intensificado com a pecuária e, mais recentemente, com a agricultura extensiva da soja”, disse.

“A interação entre a população do entorno da usina de Tucuruí e as instituições do pacto federativo é marcada pela simultaneidade da ausência e da presença institucional.”

Nírvia Ravena
Cientista política da
Universidade Federal do Pará

Lições de Tucuruí

Nírvia Ravena apresentou dados preliminares de uma pesquisa socioambiental sobre a usina hidrelétrica de Tucuruí, no Pará, inaugurada em 1984, com capacidade para gerar 8.370 megawatts (MW). Ela estudou as populações que vivem hoje esquecidas à beira do lago formado pela represa, com o objetivo de fazer uma leitura sobre a lógica de reprodução social desses moradores do entorno da usina e descrever a complexidade das relações com as instituições do pacto federativo. “Essa interação é marcada pela simultaneidade da ausência e da presença institucional.”

Gestão comunitária

A região de Santarém (no baixo Amazonas) foi objeto de estudo de David McGrath, que se voltou para a pesquisa de políticas públicas e instituições de ordenamento da ocupação e do uso do território na várzea criadas para atender a pesca, a agricultura e a pecuária. “A institucionalização de acordos para gestão e manejo desses ecossistemas traduz-se no estabelecimento e na definição de direitos relativos à apropriação de recursos”, apontou o geógrafo. “Assim, foram criados sistemas de co-manejo, de ordenamento da pecuária na várzea e um processo de regularização fundiária, uma vez que, legalmente, o domínio de terras na várzea pertence à União.”

Segundo McGrath, nos anos 60 e 70, iniciou-se um movimento para o manejo comunitário da pesca, impulsionado pela atuação da Igreja católica na região de Santarém.

“Verificou-se um processo de transformação da pesca artesanal para a pesca industrial, modernizada, que provocou impactos no abastecimento local de pescado. Na década de 1980, não havia ainda respaldo institucional legal para as comunidades de pescadores ribeirinhos, enquanto na década seguinte o interesse no manejo científico da pesca adquiriu importância global, com financiamentos externos para a atividade”, informou.

O geógrafo disse que, através dos conselhos regionais, os acordos de pesca passaram a ser instrumentos utilizados pelo Ibama, a partir dos anos 90. Segundo ele, há problemas estruturais nesses acordos e no sistema de co-manejo, uma vez que não excluem indivíduos que não pertencem à comunidade e tornam legal a cobrança de taxas pela quantidade do pescado obtida, tornando inoperantes os sistemas de regras básicas para ações coletivas.

Os conflitos provocados pelo aumento da pecuária bubalina e bovina na região e o impacto decorrente nas florestas de várzea levaram à intervenção do Ministério Público Estadual, com o estabelecimento de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs), mediados por organizações governamentais, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), e não-governamentais, como a Conservation International. “Embora existam 53 TACs aprovados até o presente, eles não se traduziram na limitação dos rebanhos nem na redução efetiva dos conflitos”, criticou McGrath.

O processo de regularização fundiária nessa região do baixo Amazonas envolve o Serviço de Patrimônio da União (SPU), uma vez que a várzea é de sua propriedade. “Coexistem uma situação formal e outra informal, em que o mercado imobiliário acaba definindo a propriedade, com o estabelecimento de cercas nas áreas de frente para o rio e o reconhecimento de direitos individuais, opondo fazendas e comunidades”, afirmou o pesquisador. Segundo ele, os Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAE) são realizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (41 no baixo Amazonas) e destinados tanto a populações tradicionais quanto a grandes e médios proprietários, em que os planos de uso estão vinculados aos direitos de propriedade.

“Há problemas estruturais nos acordos de pesca e no sistema de co-manejo, uma vez que não excluem indivíduos que não pertencem à comunidade e tornam legal a cobrança de taxas pela quantidade do pescado obtida, tornando inoperantes os sistemas de regras básicas para ações coletivas.”

David Gibbs McGrath
Geógrafo da Universidade
Federal do Pará

Garantia de recursos e serviços

Voyner Ravena Cañete apresentou um diagnóstico socioambiental do uso dos recursos hídricos na bacia do rio Purus, de Santa Rosa (AC) até Manaus (AM), apontando como as populações locais, indígenas e ribeirinhas têm acesso às políticas públicas e as representações que essas comunidades têm sobre tais políticas. Segundo a pesquisadora, foi possível verificar que os casamentos com indígenas e a incorporação de elementos de etnicidade constituem formas de garantir o acesso a recursos escassos fora das terras indígenas, como caça e pesca, assim como a serviços de saúde, ainda que precários.

Carlos Vainer tratou dos elos entre o localismo e a globalização de grandes projetos de investimentos capitalistas contemporâneos, insistindo na necessidade de ultrapassar essa perspectiva dicotômica – local e global. “A realidade social é muito mais complexa e exige uma teoria que ajude a entendê-la”, disse. Através de um exemplo extraído de informações da internet, relativo à disputa judicial entre empresas canadenses em torno do direito de exploração de jazidas de prata na Patagônia argentina, o sociólogo ressaltou a complexidade das relações entre as múltiplas escalas em que os diferentes agentes operam – níveis local, regional, nacional e global –, como categorias que surgem de modo permanente em discursos políticos e teóricos.

“Qual então a escala adequada para a análise dos problemas sociais, para a ação dos agentes nos diferentes níveis, que permita a construção de estratégias?”, questionou Vainer. Quanto aos possíveis tratamentos teóricos da questão, ele salientou abordagens de três autores distintos. “Para o geógrafo e antropólogo norte-americano Neil Smith, formas múltiplas, nas quais o capital se projeta sobre o espaço em escalas, são imprimidas a partir de um processo histórico que as construiu”, explicou o pesquisador da UFRJ. De acordo com Smith, é o próprio capital que organiza o mundo em escalas e que estrutura o desenvolvimento desigual do espaço. Já o sociólogo e historiador norte-americano Immanuel Wallerstein desafia a idéia de que o capitalismo nasce localmente e vai se expandindo. Para ele, as escalas se recortam de maneiras regionais distintas, segundo ‘escalas de poder’. O geógrafo e urbanista belga Erik Swyngedow enfatiza as disputas de diferentes agentes sociais, as narrativas sobre o mundo no qual operam como bases para a autolegitimação de suas ações. Em sua visão, toda ação política coletiva está baseada em narrativas escalares, também em disputa, ou seja, diferentes agentes/sujeitos em distintos embates (conservação *versus* transformação, por exemplo).

“Então, qual a escala pertinente de ação política contemporânea para todos os atores?”, perguntou Vainer. A seu ver, a aceitação da dicotomia criada entre o local e o

global é, ao mesmo tempo, um erro analítico e um equívoco político, uma vez que implica aceitar que o embate seja localizado, enquanto as estratégias são transescalares.

Diante das escalas pertinentes de resistência, esclarece o sociólogo do Ippur, o poder das estratégias reside exatamente na capacidade de articular escalas distintas e recusar o confinamento. “O contrário é uma perspectiva de atores sem disputas, de não-sujeitos. Isso desvela relações que são naturalizadas em muitas pesquisas na Amazônia – sobre o tratamento de populações tradicionais, manejo, uso de recursos, termos de ajustamento de conduta –, em que os sujeitos coletivos e as tensões em um campo em disputa não aparecem, embora as relações em múltiplas escalas sejam o modo como se conformam as relações hoje no globo”, afirmou. Vainer enfatizou ainda a perspectiva da ciência também como capacidade de construção crítica do mundo.

Água como mercadoria

Abrindo o debate, Edna Castro apontou a relevância e o interesse em liberar as regulamentações sobre o comércio de água, notadamente por parte da Organização Mundial de Comércio (OMC) e de outras agências multilaterais. 2003 foi escolhido pelas Nações Unidas como o Ano Internacional da Água. Nesse mesmo ano, durante o 3º Fórum Mundial das Águas, em Kyoto (Japão), a carência de água registrada no mundo serviu para justificar um programa de investimentos para grandes obras (diques, aquedutos, saneamento etc.) e para desregularizar marcos legais de alguns países. “O que está em questão é a água como mercadoria, a revisão do direito de acesso à água e a noção de água como bem econômico e objeto de regulação pelo mercado, demonstrando o crescente interesse pelo recurso direcionado para a exploração intensiva no modelo empresarial”, advertiu Castro.

A socióloga lembrou que as corporações Vivendi e Suez juntas controlam e captam 40% das cotas existentes do mercado de água. “A alemã RWE segue as duas primeiras, ficando em 3º lugar. Esta adquiriu a gigante britânica da água, a Water Works. Outras grandes corporações da água são a Bouygues/Saur, a U.S. Water e a Severn. Na América

“A aceitação da dicotomia criada entre o local e o global é, ao mesmo tempo, um erro analítico e um equívoco político, uma vez que implica aceitar que o embate seja localizado, enquanto as estratégias são transescalares.”

Carlos Bernardo Vainer
Sociólogo da Universidade
Federal do Rio de Janeiro

Latina, a principal empresa é a Suez, que opera na Argentina e no Brasil, além de estar presente em quase todos os países que já privatizaram sistemas de água”, listou Castro, acrescentando que a primeira privatização no Brasil foi também da Suez, no município de Limeira (SP), seguida por Águas de Guariroba, em Campo Grande (MS) e Manaus (AM).

O Banco Mundial deixou de financiar grandes projetos hidrelétricos desde os anos 80, devido a manifestações da sociedade civil. Durante a década de 1990 os graves im-

pactos sociais e ambientais foram estudados e reconhecidos nas grandes obras. “Mas a construção de barragens voltou a fazer parte da agenda do livre comércio”, disse a coordenadora do encontro.

“Ainda que a hidrelétrica não seja, a rigor, uma modalidade direta de privatização da água, há uma associação entre esse tipo de usina e a privatização do rio, como demonstram o movimento social mundial de atingidos por barragens e a pressão de grandes corporações do setor de água interessados em grandes obras”, sustentou Castro. “Há uma relação entre mercado de água e grandes obras hidrelétricas, justamente pela imobilização dos espaços ao livre acesso.”

No debate que se seguiu, as questões levantadas pelos participantes acabaram se centrando mais nas diferenças entre abordagens teóricas e metodológicas que puderam ser identificadas nas exposições, do que propriamente no tema água e grandes projetos de investimentos. Certamente esse foi um ponto forte do encontro aberto, o de apontar para a necessidade de um maior aprofundamento e de um balanço das perspectivas sob as quais a Amazônia tem sido interpretada pela ciência. O evento sinalizou também algumas análises

“O que está em questão é a água como mercadoria, a revisão do direito de acesso à água e a noção de água como bem econômico e objeto de regulação pelo mercado, demonstrando o crescente interesse pelo recurso direcionado para a exploração intensiva no modelo empresarial.”

Edna Maria Ramos
de Castro
Socióloga da Universidade
Federal do Pará

sobre os alcances e a relevância desse conhecimento para o entendimento e a orientação de ações de ordem prática.

Ações afirmativas para índios

Há certo reducionismo da problemática relativa às ações afirmativas para as populações de baixa renda, afrodescendentes, indígenas e outras, como se fosse uma questão comum e que lida com as mesmas estratégias. No entanto, trata-se de uma problemática mais ampla e complexa. Com essa preocupação, o antropólogo Antonio Carlos Souza Lima, do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e titular da Comissão de Assuntos Indígenas da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), abriu a mesa-redonda 'Povos indígenas e ações afirmativas', da qual participaram Gersem Luciano dos Santos, da etnia Baniwa (no alto rio Negro, Amazonas) e integrante do Conselho Federal de Educação (CFE), e a antropóloga Jane Felipe Beltrão, da Universidade Federal do Pará (UFPA).

De acordo com Santos, a política de ações afirmativas está muito mais presente e consciente no movimento negro; na realidade indígena, o acesso ao ensino superior é mais uma discussão de não índios sobre os índios. Embora afirme desconhecer os beneficiários dessas iniciativas, das quais é defensor, Santos lembrou que ele seguiu uma trajetória acadêmica tradicional. Atualmente cursa o doutorado na Universidade de Brasília (UnB) e é bolsista do CNPq, tendo passado pelos procedimentos normais de seleção. "Até há pouco tempo, o debate sobre as ações afirmativas era incipiente no cenário do movimento indígena no Brasil, mas, diante do bombardeio de

questionamentos que vêm surgindo sobre o assunto, ele vem adquirindo certa atenção”, apontou. “Diante desse panorama, como acompanhar tal discussão, qual a sua leitura e quais as suas implicações?”, indagou.

Santos ressaltou aspectos gerais da polarização das posições assumidas sobre o tema – o que, em sua opinião, não contribui para a qualidade do debate. “Os discursos são repetitivos, particularmente aqueles contrários a tais iniciativas, com argumentos científicistas, que ajudam apenas a aprofundar crises e mazelas da sociedade”, criticou. Ele disse que a discussão sobre conteúdo é mais necessária do que a sua politização ou

“Até há pouco tempo, o debate sobre as ações afirmativas era incipiente no cenário do movimento indígena no Brasil, mas, diante do bombardeio de questionamentos que vêm surgindo sobre o assunto, ele vem adquirindo certa atenção.”

Gersem Luciano dos Santos
Índio da etnia Baniwa e integrante do Conselho Federal de Educação

ideologização e chamou a atenção para o fato de que a polêmica sobre ações afirmativas está distante do cotidiano dos índios, que vivenciam o preconceito. “Identidades específicas definem direitos e deveres, o que é inegável.”

Ensino médio e superior

Mas qual é a relevância desse debate para os índios? De acordo com um levantamento preliminar feito pelo CFE em 2007, 3 mil indígenas estão cursando o ensino superior, o que corresponde quase à metade dos alunos matriculados no ensino médio indígena (cerca de 7 mil). Santos enfatizou que a educação escolar indígena se tornou uma questão prioritária neste século, superando, possivelmente, a própria regularização das terras indígenas. Segundo ele, vem ocorrendo um ‘esvaziamento’ dos territórios indígenas, com a saída de jovens que buscam a educação nas cidades.

Na avaliação de Santos, o ensino superior para os povos indígenas tem por finalidade, em primeiro lugar, a recuperação da autonomia, da gestão territorial e de recursos. Além disso, os indígenas têm direito à expansão da oferta de ensino em todas as suas modalidades – intercultural, bilíngüe etc. –, apesar das dificuldades encontradas pelo Estado para atender todas essas demandas. O índio Baniwa acredita que é preciso também “desnaturalizar” o racismo, o medo, a ameaça à hegemonia do saber ocidental. “O direito à cidadania indígena só será efetivo quando os indígenas forem ‘sujeitos’ desses direitos e não apenas receptores, ou

seja, quando a educação for resultado de um diálogo intercultural”, defendeu. Finalmente, ele lembrou que o crescimento da demanda por parte dos indígenas pelo ensino superior indica que eles têm capacidade cognitiva normal, mesmo considerando as desvantagens evidenciadas no decorrer do ensino fundamental.

“É possível verificar o aumento da sensibilidade de muitas instituições públicas para lidar com as ações afirmativas, que não se restringem à destinação de cotas nas universidades”, observou Santos. “Essas políticas vêm trazendo, de modo paradoxal, prejuízos para o movimento indígena, já que muitos financiamentos internacionais agora estão voltados para essas ‘ações afirmativas’.”

Para o índio Baniwa, além da necessidade de aperfeiçoar os modelos de acesso à universidade para os indígenas, há que enfrentar dois desafios: o primeiro é a dificuldade natural dos índios de se adaptarem ao ambiente universitário – o que prejudica a interação – e o segundo é o que vem ocorrendo em seguida à conclusão do curso superior. “Como a universidade pode formar novas gerações que não se distanciem de suas comunidades? Qual é o compromisso ético envolvido?”, questionou Santos, identificando aí um viés da discussão sobre as cotas nas universidades. “Por outro lado, como o movimento indígena vai incorporar esse novo exército de lideranças intelectuais indígenas?”, acrescentou.

Concluindo, Santos salientou que não foram eles, os índios, que inventaram esses princípios de direitos iguais, de multiculturalismo etc. “Foram os brancos”, alertou. “Por que então eles não cumprem?”, reclamou, alegando que é preciso ter a garantia de condições dignas de vida para o futuro. “A releitura do passado serve para pensar um futuro diferente, com coragem para olhar a aprendizagem possível. É preciso recolocar e superar o problema das políticas públicas não apenas em termos numéricos – calculando o custo *per capita* de cada aluno”, advertiu, lançando a pergunta: “Nas mãos de quem os governantes querem colocar 23% do território na Amazônia?” Finalizando, ele disse que os povos indígenas precisam estar preparados e ter consciência dos direitos de cidadania, da riqueza de seus conhecimentos e de sua sociodiversidade. “A universi-

“A releitura do passado serve para pensar um futuro diferente, com coragem para olhar a aprendizagem possível. É preciso recolocar e superar o problema das políticas públicas não apenas em termos numéricos – calculando o custo *per capita* de cada aluno.”

Gersem Luciano dos Santos

Índio da etnia Baniwa e integrante do Conselho Federal de Educação

dade brasileira segue um modelo conservador, que abriga os ‘guardiões da ciência para poucos’ – é esta dimensão que precisa ser revista.”

Do acesso à conclusão do curso

Jane Beltrão lembrou a dificuldade de não se politizar o debate em torno das ações afirmativas e das cotas para indígenas no ensino superior. Em seguida, apresentou um

“A situação das escolas indígenas é atualmente marcada pela ausência de infra-estrutura, pelo número insuficiente de professores indígenas no ensino fundamental e médio, onde a maioria das escolas aguarda reconhecimento oficial – há processos paralisados na Secretaria Estadual de Educação há mais de cinco anos.”

Jane Felipe Beltrão
Antropóloga da Universidade
Federal do Pará

quadro do desempenho do governo do Pará em relação à questão indígena, onde convivem 60 etnias, pertencentes a sete troncos lingüísticos e povos cujas línguas ainda não foram classificadas. “No estado há 68 terras indígenas, das quais 47 estão homologadas e 21 ainda vão ser reconhecidas pela Fundação Nacional do Índio (Funai)”, explicou.

A antropóloga destacou a ausência de políticas diferenciadas e a falta de perspectiva de se adotarem ações afirmativas na rede pública do ensino superior (no estado, são duas universidades estaduais e uma federal). Beltrão apontou também a falta de atenção à educação escolar indígena, acompanhada da ausência de diálogo por parte das autoridades educativas com os movimentos indígenas e sociais.

“A situação das escolas indígenas é atualmente marcada pela ausência de infra-estrutura, pelo número insuficiente de professores indígenas no ensino fundamental e médio, onde a maioria das escolas aguarda reconhecimento oficial – há processos paralisados na Secretaria Estadual de Educação há mais de cinco anos”, resumiu Beltrão. Para ela, é necessário trabalhar com a competência acadêmica instalada nos diversos *campi* universitários, no sentido de transformar a mentalidade

dentro da própria academia. A antropóloga mencionou ainda experiências de educação diferenciada nos estados do Acre, de Mato Grosso e de Roraima, e salientou a importância de constituir equipes de apoio acadêmico para os universitários indígenas desde o acesso até a conclusão do curso.

Ainda a senzala

José Pereira Ferreira tinha apenas 17 anos quando nasceu novamente. Ele chegara ainda mais novo, aos oito anos, na fazenda Espírito Santo, na cidade de Sapucaia, sul do Pará, acompanhando o pai. Ambos trabalhariam em regime análogo à escravidão. Em 1989, Zé Pereira, já adolescente, e o amigo Paraná tentaram fugir da fazenda. Andaram por cinco horas pela mata, mas, ao atingir a estrada, foram encontrados pelos empregados da propriedade. Paraná levou um tiro e caiu morto. Zé Pereira foi atingido no olho, mas sobreviveu para contar a história e denunciar a fazenda. Somente 14 anos depois recebeu a indenização de R\$ 56 mil, um valor alto diante do que costumeiramente é pago nessas ações. O caso de Zé Pereira ilustra um problema que, mais de um século depois de assinada a Lei Áurea, ainda persiste no Brasil: o trabalho escravo. Para comentar tal prática, especialistas de diversas áreas se reuniram na mesa-redonda 'Trabalho Escravo', durante a 59ª Reunião Anual da SBPC.

Ainda há milhares de 'Zés Pereiras' espalhados por fazendas brasileiras – principalmente no arco do desmatamento na Amazônia –, trabalhando em condições subumanas. Embora reconheça a existência do trabalho escravo, o governo federal não consegue ser eficaz para eliminá-lo. Segundo o último levantamento do Ministério de Trabalho e Emprego (MTE), divulgado em julho deste ano, há 192 empregadores submetendo pessoas ao trabalho escravo – 51 a mais que o levan-

“O Pará é o estado recordista, com 27% dos casos de flagrantes de trabalho escravo.

Será que há mais libertações de trabalho escravo no Pará porque há mais denúncias ou porque há de fato mais trabalhadores nessa condição?”

Francisco José da Costa Alves
Economista da Universidade Federal de São Carlos

tamento anterior. Fazem parte da ‘lista suja’, publicada duas vezes ao ano desde 2003, empregadores de 16 estados diferentes. O Pará, que sediou a reunião da SBPC de 2007, é o recordista, com 27% dos casos de flagrantes desse tipo de exploração. “Será que há mais libertações de trabalho escravo no Pará porque há mais denúncias ou porque há de fato mais trabalhadores nessa condição?”, provocou o economista Francisco José da Costa Alves, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e coordenador da mesa.

A resposta veio em seguida. “Há mais denúncias e também mais trabalho escravo no Pará”, reconheceu o educador Ronaldo Marcos de Lima Araújo, professor da Universidade Federal do Pará (UFPA). “A libertação dos trabalhadores, no entanto, não representa nem metade das acusações sobre essa prática no estado – apenas 37% de todas as denúncias resultam na libertação das pessoas”, completou. Araújo informou que, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), há 25 mil trabalhadores submetidos a situação análoga à escravidão. “É uma matemática cruel, que revela a ineficiência do Estado brasileiro em coibir esse crime”, acusou.

“Anualmente, o MTE registra uma libertação média de 1.200 trabalhadores. Nessa velocidade, precisaríamos de 10 anos para resgatar todos os trabalhadores só do estado do Pará.”

Ronaldo Marcos de Lima Araújo
Educador da Universidade Federal do Pará

Segundo o educador, apesar de bem-intencionadas, as ações do MTE são pouco eficientes. Anualmente, o ministério registra uma libertação média de 1.200 trabalhadores. “Nessa velocidade, precisaríamos de 10 anos para resgatar todos os trabalhadores só do estado do Pará”, calculou. Ele acredita que a sociedade tem grande responsabilidade e deve se mobilizar para exigir o fim dessa prática. Para defender sua tese, Araújo destacou o ano de 2003, quando houve uma efetiva ação do MTE e um recorde de libertações, 60% delas no Pará. “O que aconteceu em 2003?”, perguntou, de modo retórico. “Naquele ano foi lançado pelo governo

federal o Pacto Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, que contou com a participação de vários setores da sociedade. A história mostra que não basta deixar os problemas nas mãos do Estado”, observou, lembrando que os movimentos sociais devem ter o compromisso de combater esse crime contra a humanidade e erradicar o trabalho escravo do Pará e do Brasil.

Na opinião do educador, a ineficiência do Estado pode ser comprovada pelo visível desinteresse em resolver o problema. O pesquisador disse que houve comemoração no país quando o perigo da febre aftosa foi afastado de vez e alertou: “Se o governo despendesse no combate ao trabalho escravo o mesmo esforço aplicado na luta contra a doença que acomete o rebanho bovino, talvez hoje tivesse boas novas a divulgar”.

Poucas libertações e indenizações

Segundo Araújo, além do número limitado de libertações, é desestimulante a baixa quantidade de indenizações conquistadas. “Quando Zé Pereira conseguiu denunciar a fazenda Espírito Santo, cerca de 60 trabalhadores estavam sob a tutela do proprietário. Foi-lhes dado apenas dinheiro para transporte e nada mais. Hoje, a despeito do valor recebido por Zé Pereira, as indenizações giram em torno de R\$ 1.400, o que provoca a reincidência”, lamentou, esclarecendo que existem pessoas que se submetem ao trabalho escravo várias vezes. A seu ver, o fato de alguém aceitar a escravidão significa que já perdeu o sentido de sua própria humanidade, de seus direitos como ser humano.

Outro estímulo para a permanência dessa prática são os baixos valores das multas pagas pelos empregadores. “Se elas fossem altas, desestimulariam o crime. Como são baixas, acaba compensando financeiramente manter trabalhadores em regime de escravidão”, afirmou o Padre Ricardo Rezende Figueira, que lidera o Grupo de Pesquisa do Trabalho Escravo Contemporâneo, no Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Na sua avaliação, o envolvimento claro de gigantes do setor agropecuário e de políticos dificulta a criação de leis mais severas. “Uma das formas de desestimular a contratação é a lista suja, visto que ela atinge economicamente os negócios do empregador. Instituições

“Se as multas fossem altas, desestimulariam o crime. Como são baixas, acaba compensando financeiramente manter trabalhadores em regime de escravidão.”

Padre Ricardo
Rezende Figueira
Líder do Grupo de
Pesquisa do Trabalho
Escravo Contemporâneo
da Universidade Federal
do Rio de Janeiro

de grande porte não financiam projetos daqueles que se encontram na lista; várias empresas assinaram o Pacto para inibir o trabalho escravo em sua linha produtiva”, contou.

Crime comum

Quando o padre Figueira começou a estudar o trabalho escravo, muita gente ficou desconfiada. “Esse cara não sabe que já não existe mais escravidão no Brasil?”, questionaram alguns. Fato é que o trabalho escravo não só existe no Brasil como é bastante comum. Figueira contou o caso de quando uma comissão de parlamentares verificou denúncias

“Na Amazônia não são raras as fazendas que contam com homens armados. Muitos trabalhadores são mortos na tentativa de fuga e seus corpos jogados em valetas ou dados como alimento aos porcos.”

Padre Ricardo Rezende Figueira
Líder do Grupo de Pesquisa do Trabalho Escravo Contemporâneo da Universidade Federal do Rio de Janeiro

em uma fábrica. Após ser questionado, um dos funcionários pediu para lhe dizerem o nome de uma empresa na região que não exercesse tal prática. “Não tenho esse nome”, respondeu Figueira, “mas todos estão errados”. Para os empregadores, a exploração é rotineira e não um crime. “Apesar de constar no artigo 149 do Código Penal Brasileiro, com pena de reclusão de dois a oito anos, o que ocorre na prática é a normalização do crime.”

Mas o que define o trabalho escravo nos dias de hoje? “Geralmente a escravidão ocorre por conta de uma dívida”, explicou o líder na UFRJ. “O empregador busca o trabalhador de outra região, que se encontra em situação financeira difícil, e o leva para trabalhar em sua fazenda. É sempre em um lugar desconhecido, onde o trabalhador não tem vínculo com ninguém e não pode pedir socorro. Ao chegar à fazenda, é informado de que está devendo o custo do transporte. A alimentação é feita no próprio local de trabalho e também lhe são cobrados os custos. A dívida nunca acaba”, relatou Figueira, lembrando que o empregador convence o trabalhador de que ele lhe deve e que se sair sem pagar estará se tornando um ladrão. “Além de apelar para a questão moral do trabalhador, fica claro que uma fuga para escapar da ‘dívida’ pode ser coibida de forma violenta, como os tiros disparados contra Zé Pereira e seu amigo Paraná.”

O padre acrescentou que a distância do local de origem também prende a pessoa à terra. O trabalhador não tem a quem recorrer para fugir da dívida. O difícil acesso para entrar e sair da fazenda é outra barreira para a fuga. “Na Amazônia não são raras as fazendas

que contam com homens armados. Muitos trabalhadores são mortos na tentativa de fuga e seus corpos jogados em valetas ou dados como alimento aos porcos”, lamentou Figueira antes de contar a história de Zé Pereira. “Mesmo nesse caso nunca houve investigação e ninguém foi condenado.”

Escavidão ontem e hoje

A história está repleta de casos de escavidão em diferentes contextos. Da Grécia, passando por Roma, à Ásia e África, todos os cantos do mundo tiveram sua forma de trabalho escravo. Os motivos são os mais diversos: dívidas, guerras étnicas e religiosas, questões econômicas, entre outros. “Há muitas diferenças, mas o escravo é sempre o outro, o diferente de mim”, explicou Figueira. “Baseados nessa justificativa, em diferentes épocas os escravocratas puderam reduzir outros seres humanos à condição de escravo, sem que isso lhes pesasse na consciência”, observou. “Mesmo que o escravo seja um objeto, um animal, não há criadouros nem se investe em sua reprodução – vale mais a pena comprá-los ‘prontos’. Há também uma totalidade de poder do dono sobre seu escravo e uma rede de pessoas envolvidas com o crime, inclusive policiais.”

Segundo o pesquisador da UFRJ, apesar de ilegal, é mais fácil fazer escravos nos dias de hoje do que antigamente. Ele disse que havia pouca gente disponível para a escavidão no passado e que hoje há mais pessoas para serem potencialmente escravas. “O custo é apenas o transporte e a alimentação, e o trabalho é descartável. Se antes era prejuízo perder um escravo, atualmente não se mantém o trabalhador na entressafra. E a escavidão de hoje coexiste com o trabalho livre.”

Para acabar com um crime tão brutal, os palestrantes pediram mais empenho do governo. A participação do Ministério Público tem ajudado muito, mas ainda não é suficiente. “Não basta libertar os escravos sem lhes dar condições de trabalho, pois desse modo a reincidência se torna inevitável”, advertiu Figueira. “Libertar os trabalhadores que vivem em regime de escavidão é apenas uma das medidas. É preciso dar chances a cada um para aproveitar sua capacidade produtiva e promover o próprio sustento”, sugeriu.

Na visão do padre, o flagrante do trabalho escravo deve ser seguido de punição aos empregadores, desapropriando-se a terra para reforma agrária. “Cabe às vítimas o direito à terra.” Figueira disse que se tenta votar uma emenda constitucional que permita essas medidas. Mas, segundo ele, o *lobby* do setor agropecuário é forte e a bancada ruralista no Congresso dificilmente permitiria a sua aprovação. “Assim como fez a princesa Isabel há quase 120 anos, é função do governo se mobilizar para erradicar a escavidão no país.”

ANTROPOLOGIA

Formas de organização e de uso da terra devem ser reconhecidas, respeitando-se a sociodiversidade

Quem são os povos da floresta?

A ocupação de terras e seus diferentes usos pelos povos tradicionais na Amazônia abrangem muitas categorias de populações: índios, seringueiros, castanheiros, quilombolas, ribeirinhos, beiradeiros, quebradeiras de coco, entre outras. Na conferência intitulada 'Como se tornar população tradicional', o antropólogo Mauro Almeida, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), traçou um panorama sobre as políticas e a legislação existente sobre o tema e fez ponderações sobre o que se considera hoje uma comunidade tradicional.

O pesquisador afirmou que o recente decreto nº 6.040, assinado pelo Presidente da República em 7 de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), provocou reações de grupos conservacionistas. "Mas, de acordo com o princípio da universalidade dos direitos dos cidadãos, quem é de fato comunidade tradicional?", questionou Almeida. "Fala-se em grupos remanescentes, como os quilombolas, mas seriam eles indivíduos livres ou presos à tradição?", continuou. "Será que se trata de uma forma de clientelismo estatal, em que as identidades são criadas externamente, desviando a atenção da reforma agrária, sem distinção étnica ou cultural?"

Para enriquecer o debate, Almeida citou a definição que o antropólogo Alfredo Wagner de Almeida, da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), criou para as comunidades tradicionais: "Grupos sociais que se constituem sob o rótulo de

povos tradicionais na luta para conquistar territórios e que incorporaram novas identidades em uma situação de mobilização, acionadas em contexto de conflito”. Os objetivos dessas identidades mobilizatórias, segundo o pesquisador da Ufam, são, portanto, políticos e territoriais, como no caso do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

Ainda segundo dados levantados pelo antropólogo da Ufam, pode-se afirmar que quase um quarto do território nacional é ocupado por povos e comunidades tradicionais, sendo cerca de 220 etnias indígenas com 734 mil pessoas distribuídas em 110 milhões de hectares (ha); 2 milhões de quilombolas ocupando 30 milhões de ha; 37 mil seringueiros em 3 milhões de ha; 163 mil seringueiros e castanheiros em 17 milhões de ha; 400 mil quebradeiras de coco-de-babaçu em 18 milhões de ha; 140 mil atingidos por barragens distribuídos em 1 milhão de ha; e mais um grande número de faxinais, comunidades de terreiro, fundos de pasto, caiçaras, pantaneiros, geraizeiros, agroextrativistas, ciganos, caiçaras, pescadores artesanais, ribeirinhos, entre outros, o que totaliza aproximadamente 5 milhões de pessoas em uma área de quase 180 milhões de ha.

Reformulando a noção de população tradicional, Mauro Almeida lembrou que não se trata de classificar esses grupos como gente que anda descalça, que não sabe ler nem escrever, que mora lá no meio do mato. “As populações tradicionais são aquelas comunidades que, já sendo habitantes há algum tempo da região, estão entrando no processo de desenvolvimento com baixo impacto ambiental, visando melhorar sua qualidade de vida. É assim que o grupo se auto-identifica atualmente como tradicional”, considerou.

“As populações tradicionais são aquelas comunidades que, já sendo habitantes há algum tempo da região, estão entrando no processo de desenvolvimento com baixo impacto ambiental, visando melhorar sua qualidade de vida. É assim que o grupo se auto-identifica atualmente como tradicional.”

Mauro Almeida
Antropólogo da Universidade
Estadual de Campinas

Tradição e modernidade

O conferencista falou sobre o contexto internacional corrente, que já fora tratado antes por ele e pela antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, ao analisarem grupos sociais que se “tornam” tradicionais, em que parte do que é designado mediante o

estabelecimento de um contrato, implícito ou explícito, apresenta algumas condições, como 'conservar a natureza' e 'observar a justiça social'. Segundo o pesquisador, no âmbito da PNPCT, houve uma combinação de política pública de inclusão social com política ambiental.

"Ninguém é forçado a ser comunidade tradicional", explicou Almeida. "São escolhas, nas quais atuam múltiplas identidades e filiações. Mas não seria um paradoxo a emergência de tradicionalismo no Brasil como política pública, já que a modernidade é uma tradição relativamente recente?", questionou.

"Ao reconhecer a proteção dos direitos intelectuais para as comunidades tradicionais, está-se afirmando a importância do pluralismo do conhecimento e dos modos de conceber as relações com a natureza."

Mauro Almeida
Antropólogo da Universidade
Estadual de Campinas

O antropólogo argumentou que o mito iluminista e positivista da modernidade data de apenas dois séculos, quando surgiram as práticas do culto ao mercado, ao individualismo e à propriedade privada. "A tradição do mercado eficiente (*versus* um mercado de bens naturais) tem um impacto desorganizador sobre a gestão de idéias", pontuou Almeida. "Ao reconhecer a proteção dos direitos intelectuais para essas comunidades tradicionais, está-se afirmando a importância do pluralismo do conhecimento e dos modos de conceber as relações com a natureza. A proteção dos direitos intelectuais para tais grupos tradicionais implica o reconhecimento da diversidade no interior da unidade da espécie humana, diferentemente da uniformidade das espécies naturais", completou.

Recuo político

Citando como exemplo a situação das reservas extrativistas (Resex) na Amazônia, que vêm sendo atacadas atualmente, Almeida reportou-se a um relatório de avaliação elaborado em 2006 pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e pela organização não-governamental WWF (Fundo Mundial de Conservação da Natureza), cuja metodologia e contextualização parecem não ter sido rigorosas. Segundo o pesquisador, essas entidades privilegiaram a rapidez na elaboração do documento (utilizando um questionário com pontuação) e a priorização de ações administrativas.

“A avaliação das Resex merecia uma análise mais apurada”, ponderou o antropólogo. “Desde o desmantelamento do antigo Conselho Nacional das Populações Tradicionais (CNPT), absorvido pelo próprio Ibama, houve em 2002 uma redução das reservas ao modelo de gestão do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)”, contou. “De acordo com o relatório de avaliação de 2006, a política de conservação é inconciliável com a qualidade de vida, a segurança e a estabilidade fundiária das populações extrativistas.” Isso, na avaliação de Almeida, representa um recuo significativo em relação à aliança promovida em 1992, durante a reunião de cúpula da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente (UnCED), realizada no Rio de Janeiro, em que se desenharam as bases para fazer prevalecerem modelos de desenvolvimento de fato sustentáveis, em longo prazo, na Amazônia.

Eventos documentados em vídeo durante a 59ª Reunião Anual

Disponíveis em www.sbpnet.org.br

ABERTURA DA 59ª REUNIÃO ANUAL DA SBPC, EM BELÉM

ABORTO E SAÚDE PÚBLICA

Coordenador: Thomaz Rafael Gollop (USP)

Debatedores: Adson França (MS) e Margareth Arilha (CEBRAP)

UM NOVO GRUPO DE ANALGÉSICOS PERIFÉRICOS: REVERSÃO DA SENSIBILIZAÇÃO NOCICEPTIVA POR ESTIMULAÇÃO DO SISTEMA NO/GMPC

Conferencista: Sérgio Henrique Ferreira (FMRP/USP)

QUESTÃO HIDRELÉTRICA NA AMAZÔNIA – CT&S

Coordenadora: Maria Teresa Fernandez Piedade (INPA)

Participantes: Miguel Petreire Júnior (UNESP), José Galizia Tundisi (IIE e USP),

Marco Aurélio dos Santos (UFRJ), Ronaldo Barthem (MPEG), Alexandre Kemenes (INPA)

POPULAÇÕES TRADICIONAIS, CONSERVAÇÃO E POLÍTICAS TERRITORIAIS

Coordenador: Roberto Araújo de Oliveira Santos Júnior (MPEG)

Debatedores: José Helder Benatti (ITERPA) e Deborah de Magalhães Lima (UFMG)

COMO SE TORNAR POPULAÇÃO TRADICIONAL?

Conferencista: Mauro Almeida (UNICAMP)

USO DA TERRA, RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS E IMPACTOS CLIMÁTICOS NA AMAZÔNIA

Coordenador: Flavio Jesus Luizão (INPA)

Expositores: Ima Célia G. Vieira (MPEG) e Osvaldo Ryohei Kato (EMBRAPA)

ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS NA AMAZÔNIA

Coordenador: Adalberto Luis Val (INPA)

Expositores: Bertha Becker (UFRJ) e Roberto Dall'Agnol (UFPA)

COMO SALVAR A AMAZÔNIA

Conferencista: Warwick Estevam Kerr (UFU)

BIOLOGIA E A IMPORTÂNCIA DAS ABELHAS

Conferencista: Lucio Antonio de Oliveira Campos (UFV)

QUAL É O LUGAR DA AMAZÔNIA NO SÉCULO 21?

Conferencista: Lúcio Flávio de Faria Pinto (UFPA)

A MUDANÇA CLIMÁTICA SEGUNDO O IPCC: CENÁRIOS, IMPACTOS E MITIGAÇÃO NO BRASIL

Coordenador: Ulisses Eugenio Cavalcanti Confalonieri (FIOCRUZ)

Debatedores: José Antonio Marengo Orsini (INPE) e Niro Higuchi (INPA)

POLÍTICAS CIENTÍFICAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Conferencista: Marilene Corrêa da Silva Freitas (UEA/AM)

O PRINCÍPIO DE PRECAUÇÃO E A INTEGRIDADE DA CIÊNCIA

Conferencista: Hugh Lacey (Swarthmore College)

ARTICULANDO PESQUISAS EM PSICOLOGIA SOCIAL: AS RODAS DA CONVERSA

Coordenadora: Amanda Pereira de Carvalho Cruz (UFPA)

Expositores: Angela Flexa Di Paolo (UFPA) e Ricardo Pimentel Mélo (UFPA)

A INOVAÇÃO E O DESENHO DO FUTURO

Conferencista: Evando Mirra de Paula e Silva (ABDI)

AVANÇOS DA PÓS-GRADUAÇÃO E AUMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA

Conferencista: Jorge Almeida Guimarães (CAPES)

C&T NA AMAZÔNIA

Coordenador: José Carlos Tavares Carvalho (UNIFAP)

Debatedores: Ana Júlia Carepa (Governo do Estado do Pará) e Carlos Eduardo de Souza Braga (Governo do Estado do Amazonas)

PLANO PLURIANUAL EM C&T

Conferencista: Ennio Candotti (SBPC)

TICS “TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO”

Coordenador: Carlos Renato Lisboa Francês (UFPA)

Debatedores: José Laurindo Campos dos Santos (INPA) e Nelson Simões da Silva (RNP)

SAÚDE INDÍGENA: PONTOS DE INFLEXÃO

Coordenadora: Maria Luiza Garnelo Pereira (FIOCRUZ)

Debatedores: André Fernando Baniwa (FOIRN) e Eliana Elizabeth Diehl (UFSC)

A INVENÇÃO DA INOVAÇÃO

Coordenador: Evando Mirra de Paula e Silva (ABDI)

Debatedores: Bernardo Jefferson de Oliveira (UFMG) e Paulo Roberto Chaves Fernandes (UFPA)

O DESAFIO DO CONHECIMENTO DA DIVERSIDADE VEGETAL DA AMAZÔNIA

Conferencista: João Ubiratan dos Santos (UEPA)

CIÊNCIA PARA UM BRASIL COMPETITIVO

Coordenador: Jorge Almeida Guimarães (Capes)

Debatedores: Alaor Chaves (UFMG) e Fernando Galembeck (UNICAMP)

UMA ANÁLISE CRÍTICA DO PROJETO “UM LAPTOP POR CRIANÇA”

Conferencista: Valdemar W. Setzer (USP)

ÁGUA EM FOCO – QUALIDADE DE VIDA E CIDADANIA

Professores: Eduardo Fleury Mortimer (UFMG) e Penha Souza e Silva (UFMG)

RELAÇÕES E DISSENSÕES DE SABERES TRADICIONAIS E SABERES CIENTÍFICOS

Conferencista: Maria Manuela Carneiro da Cunha (Universidade de Chicago)

OS ESTUDOS DIALETAIS E GEOLINGÜÍSTICOS NO ESTADO DO ACRE

Coordenadora: Maria do Socorro Silva Aragão (UFC)

Debatedora: Lindinalva Messias do Nascimento Chaves (UFAC)

PATRIMÔNIO, LINGUAGENS E MEMÓRIA SOCIAL: VISÕES E REFLEXÕES MULTIDISCIPLINARES

Coordenador: Carlos Alberto Caroso Soares (ABA)

Debatedores: José do Nascimento Júnior (ABA) e Flávio Leonel Abreu da Silveira (ABA)

VALOR ECONÔMICO DA FLORESTA EM PÉ

Coordenador: Alfredo Kingo Oyama Homma (EMBRAPA)

Debatedores: Samuel Soares de Almeida (MPEG) e Charles Roland Clement (INPA)

HOMENAGEM: CARDOSO DE OLIVEIRA E A ANTROPOLOGIA NO BRASIL

Coordenador: Raymundo Heraldo Maués (ABA)

Debatedores: Otávio Guilherme Cardoso Alves Velho (ABA) e Guita Grin Debert (ABA)

O OFÍCIO DO ANTROPÓLOGO

Conferencista: Luís Roberto Cardoso de Oliveira (ABA)

TRABALHO ESCRAVO

Coordenador: Francisco José da Costa Alves (UFSCar)

Debatedores: Ronaldo Marcos de Lima Araújo (UFPA) e Pe. Ricardo Rezende (UFRJ)

FUTEBOL, JORNALISMO E DIREITO: CRIME E CASTIGO

Coordenador: José Paulo Cavalcanti Filho (IBED)

Debatedores: José Carlos Amaral Kfourri e José Monserrat Filho (SBDA)

INTERDISCIPLINARIDADE NO COMBATE À CEGUEIRA (PROJETO COLATINA/ES)

Conferencista: Dora Fix Ventura (USP)

SURPRESAS DO MUNDO QUÂNTICO

Conferencista: Luiz Davidovich (UFRJ)

NANOTECNOLOGIA E A *HEVEA BRASILIENSIS*: DESVENDANDO O "MISTÉRIO DA BORRACHA NATURAL"

Conferencista: Fernando Galembeck (UNICAMP)

A POLÍTICA COMO INCÔMODO E O FUTURO DA DEMOCRACIA

Coordenador: Marco Aurélio Nogueira (UNESP)

Debatedores: Ingrid Sarti (UFRJ) e Marcos Ferreira da Costa Lima (UFPE)

CÉLULAS-TRONCO: PROMESSAS E REALIDADE

Conferencista: Rosalia Mendez-Otero (UFRJ)

ECOLOGIA DE COMUNIDADES DE FORMIGAS DA MATA ATLÂNTICA:**FATIANDO E RECOMPONDO A NATUREZA**

Conferencista: Carlos Roberto Ferreira Brandão (USP)

CHINA: DESENVOLVIMENTO SOCIALISTA E RESTAURAÇÃO CAPITALISTA

Conferencista: Pao-yu Ching (Mary Grove College – Michigan)

PROPOSTA PARA UM PLANO DE AÇÃO PARA ENFRENTAMENTO DAS MUDANÇAS DE CLIMA

Conferencista: Luiz Pinguelli Rosa (UFRJ)

A EVOLUÇÃO DA BIOTA AMAZÔNICA NOS ÚLTIMOS 5-6 MILHÕES DE ANOS: INTEGRANDO DADOS DE BIOLOGIA E GEOLOGIA HISTÓRICA

Conferencista: Peter Mann de Toledo (INPE)

O PROJETO "CAPES PARA O ENSINO BÁSICO"

Coordenador: Carlos Roberto Jamil Cury (UFMG)

Debatedores: Carlos Alexandre Netto (UFRGS)

HOMENAGEM A OSCAR NIEMEYER

Coordenador: Luiz Hildebrando Pereira da Silva (CEPEM)

Debatedores: Ubirajara Pereira Brito (FAINOR) e Sabino Machado Barroso (IAB/RJ)

OS BIOCOMBUSTÍVEIS E O DESAFIO ENERGÉTICO DO SÉCULO 21

Coordenador: Jailson Bittencourt de Andrade (UFBA)

Expositores: Ednildo Andrade Torres (UFBA) e Afrânio Aragão Craveiro (UFC)

TERAPIAS GÊNICAS

Conferencista: Rafael Linden (UFRJ)

PRESENÇA MISSIONÁRIA EM TERRAS INDÍGENAS

Debatedor: Maria Regina Celestino de Almeida (UFF)

SEGURANÇA PÚBLICA: DESAFIOS INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS DA CONSTRUÇÃO DE UM PADRÃO BRASILEIRO DE CONTROLE SOCIAL – EXPERIÊNCIA DA RENAESP

Coordenador: José Vicente Tavares dos Santos (UFRGS)

Expositores: Daniel Chaves de Brito (UFPA) e Wilson José Barp (UFPA)

FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Coordenador: Fernando Cosme Rizzo Assunção (PUC/RJ)

Debatedores: José Luiz Albertin (SAE – Brasil) e Ronald Cintra Shellard (CBPF)

MANDIOCA – CIPÓ DOMESTICADO?

Coordenador: Rainério Meireles da Silva (UFPA)

Debatedores: Laure Empeaire (UnB) e Luiz Joaquim Castelo Branco Carvalho (EMBRAPA)

DESIGUALDADE E A INDIFERENÇA COM A POBREZA

Apresentador: Maria Ângela D'Incao (UFPA)

Conferencista: Carlos Alberto Batista Maciel (UFPA)

NANOQUÍMICA – INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

Conferencista: Fernando Galembeck (UNICAMP)

UM ESCRITOR AMAZÔNICO: DALCÍDIO JURANDIR

Conferencista: Benedito Nunes (UFPA)

FÍSICA, QUÍMICA E BIOLOGIA COMO INGREDIENTES DA TECNOLOGIA ALIMENTAR

Conferencista: Luiz Eduardo R. de Carvalho (UFRJ)

OS PROBLEMAS AMBIENTAIS NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA ECOLÓGICA

Coordenador: Clóvis de Vasconcelos Cavalcanti (FUNDAJ)

Debatedores: Larissa Steiner Chermont (UFPA) e José Eli da Veiga (USP)

PARA CONSTRUIR UMA UNIVERSIDADE NA AMAZÔNIA

Conferencista: Alex Bolonha Fiúza de Mello (UFPA)

ATIVIDADES DE CIÊNCIA NO BRASIL II

Debatedores: Luiz Nicolaci da Costa (ON) e Antônio Ocimar Manzi (INPA)

É POSSÍVEL UMA DOCTRINA DA MORAL?

Conferencista: José Arthur Giannotti (CEBRAP)

A ORIGEM E OS PRIMÓRDIOS DE EVOLUÇÃO DO PLANETA TERRA

Conferencista: Umberto Giuseppe Cordani (USP)

POR UMA AGENDA BRASILEIRA DE PESQUISA

Conferencista: Celso Pinto de Melo (UFPE)

DESAFIOS DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

Coordenadora: Cláudia Maria Bauzer Medeiros (UNICAMP)

Debatedores: Rodrigo Quites Reis (UFPA) e Altigran Soares da Silva (UFAM)

UNIVERSO ETERNO OU BIG-BANG? UM PANORAMA ATUAL

Conferencista: Mario Novelo (CBPF)

A FEBRE AMARELA E OUTRAS ARBOVIROSES NA AMAZÔNIA

Conferencista: Lívia Carício Martins (IEC)

MODELO DE INTEGRAÇÃO DE TECNOLOGIAS COM O SETOR PRIVADO

Coordenador: Marco Antônio Raupp (PQTSJC)

Debatedores: José Alberto Aranha (PUC/RJ), Cláudio Furtado (UFV)

POLÍTICA INDUSTRIAL: FINANCIAMENTO E SUPORTE AO DESENVOLVIMENTO

Coordenador: Marco Antonio Raupp (SBPC)

Debatedores: João Carlos Ferraz (BNDES) e Clayton Campanhola (ABDI)

CIÊNCIA INTERESSA ÀS SOCIEDADES INDÍGENAS?

Coordenador: Maria Manuela Carneiro da Cunha (Universidade de Chicago)

Debatedores: Davi Kopenawa Yanomami (CCPY) e André Fernando Baniwa (FOIRN)

SEGURANÇA PÚBLICA – DIAGNÓSTICO E PERSPECTIVA

Conferencista: Luiz Eduardo Soares (UCAM)

PLANETAS DO SISTEMA SOLAR: QUEM SÃO E POR QUÊ

Conferencista: Daniela Lazzaro (ON)

GT – AMÉRICA DO SUL E INTEGRAÇÃO REGIONAL

Coordenadora: Ingrid Sarti (UFRJ)

Participantes: Celso Pinto de Melo (UFPE/SBPC), Cesar Guimarães (IUPERJ), Edna Castro (UFPA), Luiz Salomão (Escola de Políticas Públicas e Governo), Marcos Costa Lima (UFPE), Wilson Barp (UFPA)

Relator: José Vicente Tavares dos Santos (UFRGS/ALAS)

Comentaristas: Durbens Nascimento (UFPA), Marco Aurélio Nogueira (UNESP)

GT – DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NA AMAZÔNIA

Coordenador: Celso Pinto de Melo (UFPE)

Participantes: Antônio Carlos Filgueira Galvão (CGEE), Manoel F. M. Nogueira (UFPA)

GT – AMAZÔNIA NA ERA ESPACIAL

Coordenador: José Monserrat Filho (SBDA)

Participantes: Adriano Venturieri (EMBRAPA, PA), Dalton de Morisson Valeriano (INPE),

Gilberto Câmara Neto (INPE), Paulo Maurício Lima de Alencastro Graça (INPA),

Pedro Walfir (UFPA), Jorge Luís Gavina Pereira (MPEG)

GT – MAPEAMENTO DAS PROVÍNCIAS MINERAIS DA AMAZÔNIA

Coordenador: Onildo João Marini (ADIMB)

Participantes: Breno Augusto dos Santos (consultor), Carlos Oití Berbert (MCT), Carlos Roberto de Souza Filho (UNICAMP), Cláudio Sciar (SNN/MME), Elton Pereira (Jaguar), Emanuel Teixeira de Queiroz (DNPM), Evandro Klein (CPRM/PA), Francisco Pinho (UFMT), Jamer Andrade da Costa (SEICOM), João Carlos Ribeiro Cruz (SEICOM/PA), Lúcia Travassos R. Costa (CPRM/ PA), Luiz A. Bizzi (BHPBILLITON), Manoel Barreto da Rocha (CPRM), Marcondes Lima da Costa (UFPA), Nelson Reis (CPRM/AM), Roberto Dall’Agnol (UFPA), Sergio Aquino (SERABI), Umberto Giuseppe Cordani (USP), Valmir da Silva Souza (UFAM)

Novo participante: Ricardo Alexandre Fialho de Oliveira (DNPM)

GT – AMAZÔNIA: POR UM PLANEJAMENTO INOVADOR DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Coordenadora: Bertha Becker (UFRJ)

Participantes: Carlos Nobre (INPE), Marilene Corrêa Silva Freitas (UEA/AM), Silvio Simione da Silva (UFAC), Maria Manuela Carneiro da Cunha (Universidade de Chicago), Tatiana Deane de Abreu Sá (EMBRAPA, Brasília), Guilherme Carvalho (COMOVA), Mauro Almeida (UNICAMP) e Armando Mendes (UFPA)

GT – NEUROCIÊNCIAS E DOENÇAS TROPICAIS

Conferencista: Luiz Carlos de Lima Silveira e Edna Ishkawa (UFPA)

Participantes: Cecília Hedin Pereira (UFRJ), Cláudio Tadeu Daniel Ribeiro (FIOCRUZ),

Sérgio Antunes (FIOCRUZ), Sinval Pinto Brandão Filho (FIOCRUZ)

GT – SENSORES BIOLÓGICOS

Coordenadores: Silene Lima (UFPA) e Ronald Ranvaud (USP)

Participantes: Dora Fix Ventura (USP/SBPC), Cesar Ades (USP), Jacques Vielliard (UNICAMP), Russell D. Hamer (Smith-Kettlewell Eye Research Institute), Carlos Roberto Ferreira Brandão (USP), Rosany Piccolotto Carvalho (UFAM), Ruth Maria Gonçalves Andrade (BUTANTAN)

ENCERRAMENTO DA 59ª REUNIÃO ANUAL DA SBPC, EM BELÉM